PE. F. SADOC DE ARAÚJO

ESTUDOS IBIAPABANOS

Estudos Ibiapabanos
981
A6
N.Cham. 981.31 A689e
Autor: Araújo, F. Sadoc de, (Francisc
Título: Estudos Ibiapabanos .
14092125 Ac. 66243
BCH

JVA — SOBRAL CE.

1973

ESTUDOS IBIAPABANOS

- NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO CULTURAL -
BIBLIOTECA

COORDENAÇÃO E REVISÃO

Prof. JOSÉ EDINARDO ALBUQUERQUE SILVEIRA

IMPRESSÃO

ANTONIO ALVES TORRES

COMPOSIÇÃO

FRANCISCO CLAYTON ALVES TORRES

Direitos Desta Edição

MPRENSA UNIVERSITÁRIA - FUNDAÇÃO VALE DO ACARAÚ — UVA — SOBRAL — CEARÁ

Impresso no Brasil

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO CULTURAL

BIBLIOTECA

98(813.1)
A658e
04/5/93

(Ficha Catalográfica preparada pelo Setor de Informação e Documentação da EMBRAPA/CNPCaprinos)

Araújo, Francisco Sadoc de

Estudos Ibiapabanos, Sobral, Fundação Vale do Acaraú, 1979.

99 p.

1, Estudos Históricos — Ceará, I. Título

809.381

PE. F. SADOC DE ARAÚJO

ESTUDOS IBIAPABANOS

IMPRENSA UNIVERSITÁRIA - UVA - SOBRAL - CE.

1979

R 140921/2
19/09/2013

AUTOR: PE. F. SADOC DE ARAÚJO

Mestre em Teologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma. Sócio do Instituto do Ceará e do Instituto Genealógico Brasileiro. Membro do Conselho Estadual de Educação e da Academia Sobralense de Letras.

PERGAMUM
RCH/UFC

OBRAS PUBLICADAS;

- CRONOLOGIA SOBRALENSE - I Vol. Fortaleza, 1974
- A CIÊNCIA CRIADORA - Fortazlea, 1976
- DISCURSO - Fortaleza, 1975
- HISTORIA DA CULTURA SOBRALENSE - Sobral, 1978
- O FENÔMENO TEILHARD DE CHARDIN "O Povo", Fortaleza

A PUBLICAR:

- CRONOLOGIA SOBRALENSE - II Vol.
- ANTOLOGIA DE AUTORES SOBRALENSES

A Clóvis Bevilaqua, Farias Brito e General Tibúrcio, dádivas da Ibiapaba ao patrimônio cultural da Pátria.

CEDOC - CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO CULTURAL - UFC
BIBLIOTECA

Súmula

IBIAPABA FRANCESA 17

ORIGEM HISTÓRICA DA GRUTA DE UBAJARA.. 29
— A Ibiapaba Francesa 32
— Valores Culturais 32
— As minas de Araticum 34
— Comissão européia 35
— O fracasso da mineração 36
— Assim nasceu a gruta 37
— Geodinâmica 39
— Processos geológicos 39
— Ciclos geológicos 41
— O homem e a natureza 42

A IBIAPABA DO SÉCULO XVII 43

A INFÂNCIA DO GENERAL TIBÚRCIO 56
— A mãe de Tibúrcio 56
— Os dois casamentos de Margarida 57
— O pai de Tibúrcio 58
— O mito da pobreza 61
— A nobreza da família 62
— As estadas em Sobral 63

A INFÂNCIA DE FARIAS BRITO 67
— O povoado 69
— O orago 71
— A capela 72

— Os méritos do sacerdote 74
— Os pais de Farias Brito 75
— A infância do filósofo 78
— Os avós paternos 80
— Os avós maternos 83

O MARTÍRIO DE JOANA NHANUPATIBA 87
— A fonte da informação 90
— A veracidade do fato 91
— A intenção do autor 93
— A notícia do martírio 94
— O exemplo da índia Catarina 95
— O esquecimento e a glória 97

Ibiapaba Francesa

É fato assente que quando, em janeiro de 1604, a comitiva de Pero Coelho chegou à Serra da Ibiapaba já a encontrou ocupada pelos franceses. Os nativos tabajaras, sob o comando dos seus principais, Jeropariaçu e Irapuã, já então conviviam amistosamente com os gauleses que, sob o chefia de Adolfo Mombille, desde 1590 pelo menos, haviam se fixado naquele ubertoso planalto. Na Ibiapaba, em termos de fixação, os franceses se anteciparam aos portugueses, fato que confere àqueles a primazia da colonização do Ceará. A Ibiapaba Francesa deve assim constituir-se no primeiro capítulo da História do Ceará.

—Mencionada apenas ligeiramente nos manuais e cronologias da história cearense, a ocupação francesa está a merecer maior destaque e a exigir mais aprofundadas pesquisas dada a importância que possui para a compreensão dos primórdios de nossa civilização. Não é somente ao Ceará que estes estudos interessam, já que os franceses realmente tiveram presenças frequentes e contínuas em quase todo o litoral do nordeste durante muito tempo. Foram eles que descobriram o pau-brasil-ibirapiranga e dele souberam tirar vantagens em febril atividade comercial. Foi muito mais intenso do que se supõe, em termos de duração e frequência, o tráfico entre os portuários da Normandia e da Bretanha e nossos indígenas naturais. Pereira da Costa chega a afirmar que "antes dos descobrimentos de Pinzón, Vespúcio e Cabral, já os bretões e

normandos traficavam com os índios no delta do São Francisco e outras paragens do norte de onde conduziam os seus carregamentos de produtos do país, figurando principalmente, pela sua abundância, o pau-brasil" ("Anais Pernambucanos", vol. I p. 41). Não é outro o entendimento de Capistrano de Abreu que não tergiversa em asseverar que "com a chegada dos portugueses coincidem, quase a dos franceses" e que "na vastidão do litoral podiam ter passado anos sem se encontrar, mas o encontro era fatal e não havia de ser amigável" ("Capítulos de História Colonial", Rio, 1954, p. 33) No Ceará, este encontro se deu exatamente na Ibiapaba, já muito tardiamente, entre os comandados de Pero Coelho e os comandados de Adolfo Mombille, e realmente não foi um encontro amigável como bem sabemos.

A ocupação francesa da Ibiapaba, tal como a do Maranhão foi por muito tempo uma preocupação constante da Corte de Lisboa. Foi para desbaratá-las, que por ordem severa da Corte, o Governador Geral do Brasil, Diogo Botelho, estando em Olinda, convocou um conselho que se reuniu a 21 de janeiro de 1603 com o fim de deliberar sobre a conquista daquelas terras. Estiveram presentes ao conselho, conforme consta da ata lavrada no dia 26 do mesmo mês e ano pelo tabelião Antônio de Abreu, as seguintes autoridades: Manuel Mascarenhas Homem, capitão-mor de Pernambuco; Feliciano Coelho de Carvalho, ex-capitão-mor da Paraíba; desembargador Gaspar de Figueiredo Homem, ex-ouvidor geral; o sargento-mor Diogo de Campos Moreno e o capitão-mor João Barbosa de Almeida. Contra o voto de Manuel Vasconcelos Homem, os demais deliberaram que se organizasse uma expedição ao Maranhão, passando antes pela Ibiapaba, sob o comando de Pero Coelho de Sousa, "homem nobre e fidalgo, casado e morador neste Estado, soldado velho que se achou em muitas jornadas e reinos estrangeiros". A expedição constaria de 200 homens portugueses e 800 flecheiros potiguares e tabajaras, total de mil homens conforme determinava dispositivo do regimento assinado pelo governador Diogo Botelho. O sargento-mor Diogo Campos Moreno, por sua vez, seguirá com dois caravelões com tripulação de 80 homens brancos e grande número de indígenas para apoiar a expedição. É curioso notar que como piloto da expedição foi escolhido propositadamente um francês hábil, prático das costas do norte, conhecedor dessas paragens, o qual residia então em Pernambuco e era vulgarmente conhecido pelo apelido de Oterim'rim — periquito pequeno. Neste conselho soube-se que duas expedições já tinham sido enviadas ao Maranhão sem sucesso. Pero Coelho partiu com sua gente do porto do Recife em meados de 1603, tocou na Paraíba e Rio Grande do Norte, tendo desembocado em Camocim no dia 19 de janeiro de 1604 dirigindo-se no dia seguinte para a serra da Ibiapaba.

Da presença dos franceses nesse planalto já tinha conhecimento a corte, e Diogo Botelho recebera ordem expressa para tudo fazer a fim de desalojá-los dali o mais brevemente possível. A conquista da Ibiapaba, anterior a do Maranhão, era a primeira missão a ser empreendida por Pero Coelho. Sabemos que mais de uma dezena de franceses foi presa e escoltada para Pernambuco. A luta de Pero Coelho não foi fácil, já que os chefes tabajaras, principalmente Diabo Grande e Mel Redondo, defenderam bravamente os "mair", nome com que eram conhecidos os franceses. A muito custo e por causa da desproporção de inferioridade do número dos seus, foi que Adolfo Mombille conseguiu fugir e se dar por vencido. A dureza da refrega fatigou o velho soldado luso Pero Coelho que desistiu de prosseguir a jornada ao Ma-

BIBLIOTECA

ranhão tendo regressado à Paraíba parcialmente vitorioso.

As notícias que chegaram à corte portuguesa sobre o resultado desta expedição à Ibiapaba não foram lisongeiras. A primeira decepção foi a desistência do prosseguimento da jornada até o Maranhão. Confirmou-se também o fato da preferência dos indígenas pelos franceses em detrimento dos lusos que, contrariamente, não sabiam conquistar a simpatia dos nativos. Esta última constatação irritou bastante a El Rei. Foi este notificado das barbaridades e atrocidades perpretadas por João Soromenho, encarregado de fornecer mantimentos a Pero Coelho, aprisionando os índios para vendê-los em seu próprio proveito.

Foi para punir estas arbitrariedades que foi enviada a Diogo Botelho uma severa Carta Régia datada de 22 de setembro de 1605 determinando que se ponham em imediata liberdade e fazendo retornar à Ibiapaba "os índios que Pero Coelho de Sousa e os de sua companhia cativaram e como cativos seus mandaram a Pernambuco". A punição contra João Soromenho foi mais drástica. Provisão Régia de 19 de setembro de 1606 ordenou sua prisão. A Câmara de Olinda, em carta datada de 10 de dezembro de 1608 e dirigida ao Rei, denuncia o tráfico ilegal de Soromenho que procurava enriquecer ilicitamente vendendo índios que aprisionou. Era preciso conquistar a simpatia dos nativos e continuar a luta contra os invasores franceses.

O que restou da ocupação francesa da Ibiapaba pouco conhecemos, mas o necessário para traçar um esboço de sua importância. Materialmente, quase nada remanesceu. Diogo de Campos Moreno refere-se na "Jornada do Maranhão" a umas ruinas de pedra

e cal encontradas em 1614 na entrada do rio Camocim "como se em algum tempo houvesse sido povoada de gente da Europa". Foi provalvelmente a tentativa de construção de uma fortaleza por parte dos franceses, como já tinham construído uma no litoral de Pernambuco. João de Barros, filho do velho cronista homônimo, numa petição dirigida ao Rei solicitando recursos para poder voltar a povoar a capitania que fora doada a seu ilustre pai, refere-se à ida anual de franceses às costas nordestinas onde fazem já casas de pedra". Tomás Pompeu Sobrinho informa parecer ser dos franceses" ruínas de pedra, restos de uma casa com paredes muito grossas, porém caprichosamente confeccionadas e de boa altura" encontradas no sopé da Ibiapaba," perto de Senador Sá. ("Proto—história cearense", Fortaleza, 1946, p. 56).

Tudo isto foi construído, muito antes da vinda dos primeiros portugueses ao Ceará, por franceses auxiliados pelos aborígenes nativos com quem comerciavam desde longas eras.

Se, materialmente, apenas isto remanesceu, difícil é avaliar, por falta de parâmetro prévio e de documentação imprescindível, a influência cultural deixada pelos gauleses entre os tabajaras ibiapabanos. Acredito que não foi pequena, dada a intensidade das transações comerciais que mantiveram. Trocas de objetos, intercâmbios de viagens, contratos de compra e venda foram realizados frequentemente entre eles. É impressionante o desenvolvimento cultural encontrado entre os tabajaras de Viçosa pelo Pe. Ascenso Gago, chefe da missão Jesuítica, conforme se lê na Carta Ânua que dirigiu ao seu Provincial Pe. Alexandre Gusmão com data de 10 de outubro de 1695. Pelas informações aí contidas, sabemos que os indígenas da Ibiapaba possuiam já uma evoluída organização social, democraticamente estruturada com governo exercido colegialmente por assembléia e conselhos de anciãos.

a par de um elevado senso moral referente à família, direito de propriedade, honra e religião. Se não foi influência francesa, o fenômeno se torna inexplicável.

Entre a Ibiapaba e o Maranhão, bem acertadamente afirma Carlos Studart Filho, "existiam ligações constantes, e mais ou menos fáceis, conhecidas já dos franceses no século XVI. (Vias de Comunicação do Ceará Colonial" em Revista do Instituto do Ceará, tomo 51. p. 17)

Foram os franceses que tiraram os tabajaras do isolamento cultural em que viviam e os colocaram em constante comunicação com o Maranhão e com a Europa.

A costa de Camocim e a cuesta da Ibiapaba foram, por longo tempo, manancial de fonte de matéria prima e de produtos comerciáveis dos bretões e normandos. O destino destes mercancias era o agitado porto de Dieppe, cidade formosa do Sena inferior, centro do tráfico clandestino dos franceses com os nativos da costa norte do Brasil.

Dieppe, durante os séculos XV e XVI, tornou-se o mais florescente empório comercial do mar da Mancha. Tão famosa como a Escola de Sagres criada pelo infante Dom Henrique em Portugal, foi a Escola Náutica de Dieppe. Aí foram formados audazes navegadores. Foi de Dieppe que partiu Adolfo Mombille, com seus companheiros, com a missão de estabelecer na Ibiapaba um ponto de apoio para abastecer o comércio clandestino de especiarias, principalmente exemplares da flora e fauna brasileiras, bastante procuradas na feira portuária daquela cidade normanda.

Na época dos descobrimentos, Dieppe foi o mais avançado centro francês da arte de navegar e das atividades de comércio marítimo. Terra Natal de Jean Cousin, o navegador a quem se atribui em França a glória de ter sido precursor de Cristovão Colombo na descoberta da América e de Vasco da Gama na descoberta do caminho das Índias pelo Cabo da Boa Esperança. Ali também nasceu e sempre viveu o célebre armador Jéan Ango (1480—1551), possuidor de fabulosa fortuna ganha em felizes espeéculações do comércio marítimo, e que teve a ousadia de bloquear Lisboa, em 1531, com uma frota equipada às suas custas, para obrigar o rei Dom João III de Portugal a indenizar os tos a pique por Cristovão Jaques, em julho de 1526,nas a pique por Cristovão Jaques, em julho de 1526, nas costas do Brasil.

Em Dieppe nascream também os irmãos Jean e Raul Parmentier, navegadores a serviço de Ango, pilotos audazes que empreenderam corajosas viagens ao Brasil e à Sumatra. Sobre a viagem às costas brasileiras realizada em 1520, Jean Parmentier escreveu uma interessante Relação onde afirma não ter encontrado nenhuma fortaleza dos portugueses no vasto litoral por ele percorrido desde o Cabo de Santo Augostinho até o Porto Real que se acha a doze graus. A população indígena, continua o cronista, "se mostra mais afável aos franceses que aos portugueses". Segundo as informações contidas nesta Relação, foram esculpidos, em madeira, no século XVI, velhos e famosos baixos-relevos que se encontram na de S. Jacques de Dieppe e que retratam cenas do tráfico dos mercadores franceses com os indígenas brasileiros na troca do pau-brasil.

Natural de Dieppe é também Abraão Duquesne (1610-1688) afamado e corajoso marinheiro que participou da maior parte das ações navais da Guerra dos Trinta anos defendendo a França.

No célebre bairro portuário de "Le Pollet", em Dieppe, formaram-se exímios marinhos e residiram corajosos pescadores que emprenderam arrojadas viagens. Já no século XIV chegaram à Guiné e em 1402

descobriram as ilhas Canárias. Nas costas do nordeste estiveram por vezes incontáveis. Sabemos que foi para obstar a fúria da pirataria francesa que Dom João III de Portugal resolveu dividir o Brasil em capitanias hereditárias. Já em 1522, esse rei enviou João da Silveira como seu embaixador a França, para reclamar de de Francisco I o comércio ilícito entre os franceses e os indígenas do norte do Brasil. Em carta de 11 de fevereiro de 1526, João da Silveira denuncia o avultado tráfico comercial entre Dieppe e as costas brasileiras para onde tinham sido enviados dez navios para buscar pau—brasil e aves canoras. A missiva de 24 de dezembro de 1527 foi mais severa ao afirmar que o próprio rei Francisco I enviara cinco naus ao norte. Dom João III, por sua vez, respondendo ao embaixador em Paris, afirma textualmente que os franceses, apesar da paz que reina entre as duas nações, já tomaram e roubaram mais de trezentos barcos portugueses nas costas do Brasil e que estes fatos deveriam ser relatados a Francisco I para as devidas providências.

Como se vê era mais grave e mais intensa, do que se supunha, a ação dos flibusteiros normandos e bretões em nosso litoral desde os primeiros anos após o descobrimento. Muitos índios foram levados para a França e de lá alguns retornavam às tabas primitivas. O intercâmbio era realmente intenso. É curioso notar que a 1º. de outubro de 1550, o rei Henrique II e Catarina de Medicis, visitaram pela primeira vez a cidade de Rouen situada a poucos quilômetros de Dieppe. Ali, foram homenageados com pomposos solenidades tendo se destacado um festival folclórico representado pelos tabajaras e tupinambás que tinham sido levados do norte do Brasil. Provavelmente alguns deles eram naturais da Ibiapaba.

A expedição religiosa dos Jesuítas Luís Figueira e Francisco Pinto que partiu de Olinda a 20 de janeiro de 1607 com destino à Ibiapaba e ao Maranhão tinha como objetivo também desalojar franceses ali fixados. Como a de Pero Coelho, a expedição comandada pelo Pe. Luís Figueira também não teve condições de prosseguir até o Maranhão e deteve-se na Ibiapaba de onde retornou à origem depois do trucidamento do Pe. Francisco Pinto. Já anteriormente, o falecimento de Belchior da Rosa, comandante dos sessenta indígenas que acompanhavam os Jesuítas na penosa excursão, abatera fortemente estes bravos conquistadores. Belchior da Rosa foi sepultado na Ibiapaba com solenidades litúrgicas especiais preparadas pelos "nheengaraíbos" (mestres de capela), índios preparados pelos padres para ensinar catecismo aos seus irmãos de raça.

A Ibiapaba Francesa é um assunto surpreendente e fascinante da História do Ceará que continua a desafiar a argúcia e a tenacidade de nossos pesquisadores.

Foi Parsifal Barroso, no capítulo "Fundo de Saco" de seu livro "O Cearense", o primeiro a levantar o problema da má colocação da "versão portuguesa dos primórdios cearenses a partir de 1603", relegando ao esquecimento a presença francesa no planalto ibiapabano. A questão está a merecer melhores estudos e maior atenção por parte de nossos historiadores. Em verdade, a história do Ceará começou na Ibiapaba.

BIBLIOTECA

Origem Histórica da Gruta de Ubajara

A inauguração do teleférico permitirá aos turistas acesso fácil à decantada Gruta de Ubajara e um contato mais íntimo com as riquezas naturais e culturais da Serra da Ibiapaba.

Saúdo entusiasticamente o acontecimento não só como um marco de uma nova etapa no desenvolvimento do turismo cearense, mas também, e principalmente, como uma oportunidade que é dada àquele planalto de tornar conhecidos fatos extraordinários de seu heróico patrimônio histórico. Não são somente belezas naturais que a Ibiapaba tem para mostrar a seus habitantes. Foi lá que nasceu a civilização cearense e aconteceram fatos historicamente notáveis, infelizmente quase esquecidos e marginalizados por nossos historiadores comuns.

Uma vez que a pena luminosa de Domingos Olímpio, narrando uma excursão que pessoalmente fez à célebre gruta no ano de 1877, já descreveu, de maneira tão empolgante e detalhada, as belezas naturais daquela atração turística, como também o fez magistralmente Antônio Bezerra, desejo aqui abordar o assunto apenas sob o aspecto histórico e cultural considerando a inauguração do teleférico como um acontecimento que deverá despertar a curiosidade para o conhecimento da cultura e da história de toda Ibiapaba.

Citarei alguns fatos, evidentemente importantes, que a nova descoberta da Ibiapaba por intermédio do turismo deverá necessariamente divulgar para inte-

grá-los no contexto global da civilização cearense.

A IBIAPABA FRANCESA

Sabemos que desde 1590, pelo menos, franceses sob o comando de Bombille se estabeleceram naquela ubertosa serra onde conseguiram as simpatias de Irapuã e de Jeropariaçu, principais dos indígenas tabajaras que habitavam o planalto. Em 1604, quando Pero Coelho, primeiro português a tentar a conquista das terras cearenses, chegou à Ibiapaba, lá encontrou estes franceses, já senhores da situação, opondo-lhe sangrenta resistência. Da obra civilizadora destes conquistadores gauleses que ali residiram por quinze anos, quase nada se sabe, já que quase tudo se acha envolto nas névoas das imprecisões históricas por carência de documentos e de interesse. Acredito que se fosse incentivado um pesquisador, muita coisa encontraria nos arquivos de França sobre estes iniciadores de nossa civilização, verdadeiros construtores de nossa proto-história. Não foi lusa, portanto, a iniciativa da colonização do Ceará, nem ela teve início no litoral.

Os tabajaras, primeiros habitantes daquela serra, chegaram a possuir uma evoluída organização social, democraticamente estruturada, com governos exercidos por assembléias e conselhos, a par de um impressionante senso ético nas concepções sobre família, a propriedade, a honra e a religião, como tão bem descreveu o Pe. Ascenso Gago, Carta Ânua de 1698, vivamente admirado com o que presenciou no início de seus trabalhos missionários naquela região. Qual o sociólogo cearense que já se interessou por estes dados?

VALORES CULTURAIS

O sacrifício do Pe. Francisco Pinto, barbaramente

assassinado a 11 de janeiro de 1608, e as duas tentativas de fixação dos jesuítas em Viçosa Real nos períodos de 1656 a 1662 e de 1691 a 1759, ano este em que foram expulsos por ordem de Pombal, são fatos que tiveram imensa influência em toda a história cearense e geralmente são descritos como episódios isolados, simplesmente

Poucas pessoas sabem que nasceu na Ibiapaba a primeira brasileira nata que conquistou a palma do martírio cristão. Realmente, a atitude da índia Joana Nanupatiba testemunhando firme fidelidade a seu matrimônio pelo derramamento de sangue, é digna de constar nas páginas do martirológico. Cruelmente trucidada a golpes de faca no domingo, 5 de agosto de 1753, por preferir a morte à perpetração de um adultério, respondeu corajosamente ao agressor de sua honra: "Não permito ação que possa ofender ao meu Deus e ao meu esposo". Este fato impressionou vivamente o Barão de Studart que o descreveu detalhadamente em suas "Notas para a História do Ceará", mas quem hoje o relembra?

A construção heróica da Matriz de São Gonçalo dos Cocos, ativo foco de evangelização durante vários decênios do século 18, ainda não encontrou o seu historiador.

As figuras geniais de Clóvis Beviláqua, Farias Brito, General Tibúrcio, autênticas glórias nacionais, não foram ainda colocados devidamente no contexto geral da história da Ibiapaba.

Eis aí alguns fatos notáveis, entre tantos outros, escolhidos de memória, que bem demonstram o potencial das riquezas espirituais e culturais da gente Ibiapabana.

Particularmente, a Gruta de Ubajara, decantada em prosa e verso com arroubos de romantismo e ainda não estudada em sérias pesquisas científicas, continua

PERGAMUM
BCH/UFC
RIHG 7125

um enigma e um simples pretexto para explicações mirabolantes, teorias imaginosas e devaneios sentimentais. Ao ensejo da inauguração do teleférico, gostaria de apresentar uma hipotese de explicação da origem da gruta. Pessoalmente, até que apareça prova convincente em contrário, sustento a opinião de que a Gruta de Ubajara é o resultado das escavações das minas de Antônio Gonçalves de Araújo. Vejamos sucintamente o desenrolar sereno dos fatos.

AS MINAS DE ARATICUM

Ordem Régia de Dom João V, datada de 27 de março de 1730, proibia o estabelecimento de minas no Brasil, exceto nas Gerais. Nem por isso as notícias sobre existência de metais preciosos no subsolo do Ceará deixaram de ativar a avidez de aventureiros que a todo custo tentavam conseguir a suspensão da determinação real. A exploração de minérios e a busca de tesouros escondidos foi sempre um estimulante para o desejo de enriquecer e lucrar, latente no coração do homem. Tentativas de relaxar a ordem régia nunca faltaram. Foi com este propósito que a 17 de junho de 1738, Antônio Gonçalves de Araújo adquiriu a sesmaria concedida a 8 de janeiro de 1730 a Manuel Francisco dos Santos Soledade, terreno onde se suspeitava, desde muito tempo, existir minas de prata, exatamente no local onde hoje se encontra a povoação de Araticum, município de Ubajara, no sopé da serra da Ibiapaba. Antônio Gonçalves, homem perseverante, arbitrário ganancioso, enviou ao Conselho Ultramarino requerimento, com longa exposição de motivos, solicitando permissão especial para explorar minas de prata existentes em terras de sua propriedade, tendo em vista as enormes vantagens para a fazenda real.

Corria o boato de que havia "tanta prata na ladeira da Ubajara que os índios a derretiam como caieiras deitando lenha em cima". Diante de tais informações, o Conselho Ultramarino não tergiversou em expedir Provisão Régia, datada de 20 de abril de 1739, concedendo ao peticionante autorização para explorar a mina.

Antônio Gonçalves deu início imediato aos trabalhos utilizando como mão—de—obra dezenas de índios fortemente motivados pelo salário e pela curiosidade. O entusiasmo inicial foi cedo arrefecendo em face da estafante labuta e Gonçalves sentiu necessidade de reforçar seu prestígio e influência, tendo recorrido mais uma vez ao Conselho Ultramarino solicitando privilégios de jurisdição e autoridade para poder mais livremente conseguir a sujeição da indiada. Realmente obteve o que desejava, uma vez que a Provisão Régia de 3 de outubro de 1740 o nomeava Superintendente oficial da mineração, o que não deixou de provocar atritos de autoridade com o Ouvidor Manuel José de Farias que se tornou ferrenho opositor da empresa.

COMISSÃO EUROPÉIA

Animado pelos privilégios que lhe concedia o Reino, o Superintendente chama da Europa uma comissão de mestres e oficiais experimentados em fundir e separar metais. A 15 de outubro de 1742, enquanto os trabalhos de escavação continuavam em ritmo acelerado, é expedida nova Carta Régia concedendo permissão para que a comissão composta dos mestres João Cristóvão Spergel (alemão), Jean Fontenelle (francês), João de Oliveira Carnide e Estevão Gomes Madeira (portugueses) viajasse para Araticum com o fim de fazer os necessários ensaios do material selecionado na jazida. A comissão desembarcou na Barra do Acaraú e chegou ao local do acampamento de Antônio Gonçalves de

Araújo a 9 de abril de 1743, prestou juramento perante o Ouvidor a 22 do mesmo mês e iniciou os trabalhos a 27.

Diante dos primeiros pareceres negativos fornecidos pelos mestres europeus, o Superintendente, revoltado, se desentende com a comissão, ameaça seus componentes de morte e denuncia o Ouvidor como responsável pela má vontade encontrada nos técnicos comissionados. O desentendimento deu motivo a sérios motins e o Superintendente representou em juízo contra os membros da comissão e contra o Ouvidor, acusados de tramarem mancomunados contra sua empresa. Aposentado em Araticum, a 21 de outubro de 1742, o juiz ordinário Domingos Alves Robeiro dá início à longa e minuciosa devassa para apurar responsabilidades, sendo ouvidas trinta testemunhas, - todas índios "do arraial da Ubajara", trabalhadores nas escavações. Os dois portugueses são acusados de roubo e foram presos, por ordem do juiz, meses depois, no adro da Matriz de São Gonçalo dos Cocos onde se haviam homiziado. Enquanto isso, o Ouvidor, maliciosamente, toma duas providências: a 25 de julho de 1744 fez embarcar para o Reino amostras de pedras comuns tiradas das escavações para serem examinadas nos precários laboratórios de Lisboa e, a 20 de janeiro de 1745, denuncia diretamente ao Rei os atos de violência e arbitrariedades cometidos por Antônio Gonçalves.

O FRACASSO DA MINERAÇÃO

O Ouvidor conseguiu o que desejava, pois o cientista Guilherme Dugood, em parecer datado de 22 de fevereiro de 1745, considerou "pedras comuns de enxofre e cobre" as amostras por ele examinadas, e a Ordem Régia de 15 de novembro do mesmo ano, ordena que seja demitido o Superintendente. Os membros

da comissão foram absolvidos e retornaram à Europa, com exceção de Jean Fontenelle que preferiu permanecer na Ibiapaba, tendo fixado residência em Viçosa onde constituiu família.

Ainda como última tentativa de salvar o trabalho ingente de tantos anos, Antônio Gonçalves de Araújo, em longo relatório dirigido ao Rei e datado de 2 de abril de 1746, reafirma a existência de prata, cobre, chumbo e ferro na mina de Araticum e denuncia o Ouvidor por "ter roubado terras e cavalos que lhe pertenciam". Mas, tudo em vão. O ex-Superintendente não foi mais acreditado na Corte e teve que desistir da agitada e tumultuária empresa. Visionário ou ávido de lucro, o certo é que Antônio Gonçalves de Araújo realizou trabalho persistente, vencendo difíceis obstáculos para encontrar riquezas, ao sopé da Ibiapaba.

ASSIM NASCEU A GRUTA

Sabendo-se que o atual povoado de Araticum dista apenas dois quilômetros da entrada da Gruta e que dezenas de índios durante mais de seis anos escavaram a base da serra, na ladeira da Ubajara, como atestam documentos da época, firmo-me na opinião de que historicamente a busca de minérios contribuiu para a descoberta do local e, por isso mesmo, de ter sido esta aventura de mineração a origem da famosa caverna. No interior das escavações, erodidas e sujeitas, durante mais de duzentos anos, a toda sorte de intempérie, foram aparecendo as projeções vistosas, do teto e do solo calcários, constituídas pela precipitação do carbonato de cálcio contido nas águas de circulação subterrânea, nascendo daí a bela formação das estalactites e estalagmites sue são as atrações mais sugestivas daquela caverna impressionante. Espero que o teleférico de Ubajara, não só transporte milha-

NUCLEO DE DOCUMENTAÇÃO CULTURAL
BIBLIOTECA

res de turistas para uma espécie de viagem ao centro da terra, mas principalmente desperte o interesse do povo para conhecer também as belezas culturais e as riquezas espirituais da Ibiapaba.

A inauguração do teleférico de Ubajara é um acontecimento de grande importância para o desenvolvimento do turismo e da cultura cearenses por facilitar a integração do Planalto da Ibiapaba com seu extraordinário e precioso patrimônio histórico, no contexto global da civilização de nosso Estado.

As escavações da aventura de mineração dirigidas por Antônio Gonçalves de Araújo, de 1739 a 1746, deram origem à abertura da Gruta de Ubajara, inegavelmente a maior riqueza turística do Ceará.

A famosa caverna, ainda não estudada cientificamente, tem servido até hoje apenas de motivo de inspiração para romântidos e poetas que decantaram, em prosa e verso, suas reais belezas naturais ou descreveram o falso mistério que ali assombra "os fiéis encantados que não se vêem e rezam em silêncio, adorando deuses invisíveis e mudos" diante da Sala do Sino.

A imaginação e os processos projetivos, reveladores mais do inconsciente de quem os profere do que da objetividade, são uma atitude mitológica, profundamente desinformadora, que não pode nem deve mais continuar a ser incentivada. Há até quem diga, apressadamente, sem o menor pudor e respeito à verdade, que as galerias se estendem até às "Sete Cidades", no Piauí, e isso sem a mínima possibilidade de prova, presentemente. Outros atribuem a construção da Gruta aos "deuses astronautas" que nos visitaram em remotíssimas eras. É sempre o recurso à hipérbole e ao mito, típicos da cultura do pleistoceno, ainda latente no inconsciente coletivo do homem moderno.

Gostaria de mostrar por que, a meu ver, a hipótese que levanto é geologicamente possível e não contradiz o que se ensina nos manuais de espeleologia.

GEODINÂMICA

Para melhor me explicar, necessito de sintetizar alguns dados básicos fundamentais.

A Terra, geologicamente, está em permanente e rápido estado de mudança. Muda continuamente sua constituição, seu estado físico, seu aspecto exterior, sua posição no universo. As mutações sofridas nos estágios iniciais de seu desenvolvmento são estudadas mais pela cosmogonia do que pela geologia. A esta última ciência cabe investigar a constituição da terra e os fenômenos que nela ocorrem desde que sua crosta se tornou completamente consolidada, até nossos dias.

Por ser um planeta essencialmente dinâmico, só poderá ser estudado corretamente através de processos também dinâmicos, sendo insuficiente uma geologia meramente descritiva. A geologia dinâmica investiga os processos que têm lugar no seio da litosfera e em sua superfície. Considerando-se a origem da fonte de energia, estes processos se dividem em exógenos e endógenos. Os primeiros são objeto da dinâmica exterior e os segundos da dinâmica interior. É sob este duplo aspecto que os modernos manuais expõem didaticamente toda a estrutura expositiva da geologia. E com toda razão, dado que abarcam todos os fenômenos que podem explicar as mutações observáveis na crosta da terra. Mais adiante, veremos a importância da compreensão destes dois processos para o entendimento dos agentes destrutivos que formam as grutas.

PROCESSOS GEOLÓGICOS

Os processos da geodinâmica interior abrangem as deslocações tectônicas, os movimentos oscilatórios

e seus efeitos, os sismos, o magnetismo, o metamorfismo e a estrutura e composição do globo terrestre. Os processos da geodinamica exterior, por sua vez, abrangem a meteorização, a sedimentação e as ações geológicas do vento, das águas correntes superficiais, das geleiras, do mar, dos lagos e das águas subterrâneas. É preciso chamar a atenção sobre estas últimas, porque são as que mais influência exercem nas mutações verificadas nas cavernas através do fenômeno de Karst, erosão e corrosão que provocam a formação das estalactites e estalagmites, atrações mais curiosas do mundo subterrâneo. As mutações que estes processos provocam são hoje tão vivamente percebidas que a geologia moderna quase que se confunde com uma "história". O mundo, antigamente percebido como estático e parcelável repousando serenamente sobre os três eixos da geometria euclidiana, "agora já apenas se aguenta vazado de um só jato". Daí por que, para compreender corretamente qualquer fenômeno, da terra, o homem moderno tem que possuir um sentido novo capaz de perceber a intensa agitação que se oculta sob a aparência de repouso e as irresistíveis mutações que se escondem nas mais frouxas aparentes lentidões.

No intercâmbio de suas operações, é fundamental comprender que os agentes geológicos externos têm missão oposta à dos agentes internos: a de destruir o que estes constroem. Para que os processos externos possam agir é imprescindível a atuação anterior dos internos. Enquanto os internos produzem um relevo, por exemplo, os externos começam a trabalhar sobre ele, incansavelmente, dia e noite, escavando, erodindo, deslocando detritos, em uma interação ininterrupta e conjugada que constitui uma das mais atraentes e curiosas atividades da "vida" da terra.

CICLOS GEOLÓGICOS

Os dois grupos de processos formam os admiráveis ciclos geológicos, constituídos de três fases, mais ou menos regulares, que se repetem continuamente. Tomando o mesmo exemplo do relevo: os agentes internos começam a produzir um relevo — fase de orogênese que os externos destroem transportando os produtos da destruição a outras partes — fase de gliptogênese — donde, acumulados, dão origem a uma nova formação geológica — fase de litogênese — e assim sucessivamente.

Sabemos que, não só em geologia como em qualquer outra situação, o trabalho de construção é sempre muito mais lento do que o de destruição. Em poucos segundos, sob peso de forte pressão, pode-se destruir um fragmento de rocha que a natureza levou milênios para construir. Isto entendido, entendemos também por que os processos geológicos internos — construtores — se realizam lentamente, enquanto os externos — destruidores — agem com relativa rapidez. São estes últimos que formam as cavidades, galerias, sumidouros, desabamentos e dissoluções químicas presentes nas grutas calcárias. Feitas estas explanações preliminares, podemos voltar às orígens da Gruta de Ubajara.

Sabemos que a formação de grutas são efeito de processos geológicos externos, exodinâmicos, por isso mesmo não necessariamente lentos, e dependentes de vários fatores locais, havendo muitos bastante acelerados principalmente quando acompanhados pelo trabalho da mão do homem. É impressionante o volume de produção, por exemplo, das espumas do Salto de Tivoli, Itália, que formam notáveis estalactites e dos dois lados acumulam travertinos que chegam a at'n-

BIBLIOTECA

gir 150 metros de espessura. E isto continuadamente. Durante os cinco anos em que estudei em Roma, pude pessoalmente admirar, várias vezes, esta maravilha da natureza operante. As formações de Sprudel, de Karlsbad, Áustria, produzem, anualmente, 5.000 (cinco mil) toneladas de sais, principalmente de aragonita ($CaCO_3$) ou sejam, 13,69 toneladas diárias. (CFA. W.C. Kaveleridze, "O tufo calcário e sua função na evolução dos solos", S. Paulo P.11)

Diante destes exemplos entre muitos outros, não vejo por que, necessariamente, os relativamente pequenos travertinos e raros tufos calcários de Ubajara, para se formar, exijam mais de 200 anos, após as escavações ali realizadas. Não esqueçamos ainda que no interior da caverna do Araticum, região de intensa atividade Kárstica, onde os processos de lixiviação são contínuos e fortes, por efeito do acentuado declive, e a dissolução do bicarbonato de cálcio é intensificado pelo alto teor de evaporação da água e pelas bruscas variações diárias de temperatura, as mutações se realizam com relativa rapidez.

O HOMEM E A NATUREZA

Formada pela ação do homem conjugada com a ação da natureza, a Gruta de Ubajara se apresenta como uma atração "sui generis", onde se podem admirar, simultaneamente, a atividade humana e a "vida" da terra. Vale a pena visitar a Gruta, que saúdo entusiasticamente como o elo de ligação entre a cultura da Ibiapaba e a civilização do Ceará. Por fim, gostaria de apelar para os geólogos, a fim de que, no campo da competência que lhes é reservado, possam esclarecer e estudar cientificamente aquela grande maravilha do turismo cearense.

A Ibiapaba do Século XVIII

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO CULTURAL
BIBLIOTECA

A civilização cearense teve origem no Planalto da Ibiapaba, berço do Ceará, pelo que possui importância incalculável, para o conhecimento de nossas origens, toda e qualquer pesquisa sobre a história daquela serra. Os historiadores cearenses, em geral, teimam em se restringir aos valiosos documentos recolhidos pela paciência do eminente Barão de Studart nos arquivos de Lisboa, quando procuram estabelecer a cronologia referente ao nosso Estado. Se alguém mais se elevou no horizonte de nossa historiografia, conseguiu proeminência montado exclusivamente nos ombros do Barão. Mas, evidentemente, o ilustre Dr. Guilherme de Studart, apesar de seu esforço gigantesco, não poderia sozinho coletar e analisar todo o acervo de documentação sobre o Ceará contido nos velhos arquivos europeus. Ficou assim à margem, por exemplo, a pesquisa sobre a Ibiapaba Francesa, dominada desde 1590, pelo menos, pelos comandados de Mombille que se estabeleceu naquela ubertosa cuesta do Oeste cearense sob a proteção nativa e simpática de Irapuã e Jeropariaçu, principais dos Tabajaras, senhores do rosto, índios de língua geral, imigrados da Bahia, dominadores absolutos das terras ibiapabanas desde há mais de um século antes do descobrimento do Brasil.

Durante quinze anos anteriores à chegada de Pero Coelho em 1604, já estavam estes primeiros habitantes na Ibiapaba em constante contato com os franceses, cuja obra civilizadora, embora realizada pela ânsia da

conquista predatória de matéria prima necessária ao enriquecimento no comércio, pouco conhecemos, já que quase tudo ainda se encontra envolto nas névoas das impressões históricas por absoluta falta, entre nós, de documentos e de interesse. A história do Ceará, por isso mesmo, ainda não foi escrita, uma vez que não teve origem no litoral como narram comumente os manuais, nem foi lusa a primeira civilização que entrou em contato com a cultura autóctone e nativa dos primitivos indígenas que habitaram o nosso atual território.

É, portanto, necessário e urgente, para bem da verdade histórica, que sejam incentivadas pesquisas que nos possam esclarecer a respeito da influência que exerceram os conquistadores gauleses sobre a formação étnica, social e cultural daquela simpática e promissora região de nosso Estado.

Quando foi anunciada a construção do bondinho da Gruta de Ubajara, saudava eu entusiasticamente o acontecimento, não só como o marco de uma nova etapa no desenvolvimento do turismo cearense, mas principalmente como uma oportunidade de tornar conhecidos os fatos extraordinários do valioso patrimônio histórico da velha Ibiapaba. Se fisicamente as correntes de aço que sustentam o teleférico fazem apenas a união do cimo da montanha com a boca da caverna, simbolicamente representam a integração da civilização do Ceará com as suas verdadeiras origens.

Conhecer a Ibiapaba, para nós cearenses, é conhecer o nosso próprio berço e escutar os nossos primeiros gemidos.

Foi por esta razão que, emocionado, aceitei o convite cativante e honroso da Drª. Luciara Silveira de Abagão e Frota para apresentar o seu livro "A Ibiapaba do Século XVII e uma análise de suas condições sócio-econômicas atuais", editado pela Gráfica Editorial Cearense, dissertação de mestrado, em defesa pública, do curso de Pós-Graduação da Faculdade Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Confesso que li o tsabalho da Drª. Luciara, de uma vez, com a sofreguidão de quem procura satisfazer uma necessidade básica e de quem tenta matar uma curiosidade a muito custo contida e há muito tempo guardada.

Durante a leitura, enquanto os olhos corriam pelas linhas do texto, minha imaginação evocava, como em uma fita mágica de cinema ou um devaneio de sonho iluminado, o martírio de Joana Nanupatiba, a a ciência jurídica de Clóvis Beviláqua, as elocubrações filosóficas de Farias Brito, a bravura militar do General Tibúrcio e tantos outros portentos da Ibiapaba, orgulho da raça e perene lembrança nas gestas nacionais. E eu parecia reviver as visitas que fiz àquela serra, para onde se sobe lentamente, transpondo rochedos rolados sobre a estrada contornada de velhas árvores, e onde se vislumbram, a cada passo, altíssimas torres de granito, "eriçadas de dentes, agrupadas à maneira gótica, muito lavadas, muito cortadas pela erosão das intempéries". E eu recordava a figura de Domingos Olímpio, cuja pena de ouro soube tão bem descrever as belezas naturais da montanha, apreciada durante a excursão que fez em 1877, em plena grande seca, à Gruta de Ubajara. E o grande romancista mostrava o contraste entre o sertão do Vale do Acaraú "com seus campos desolados, de vegetação seca torrada pelo sol implacável, ermos de gados e de homens", e a serra da Ibiapaba, "zona onde começava, por entre os contrafortes ásperos da cordilheira, a vegetação de palmeiras, como um tapete de penachos farfalhantes estendido ao sopé da montanha soberba, talhada a prumo como gigantesca muralha cheia de formidáveis

cicatrizes de brechas, de torrões de arquitetura bizarra, de ameias dentadas, como se denunciassem o devastamento de fabulosos canhões numa secular obra de assédio". Ali, continua o genial criador de Luzia-Homem, "nos comunicou indizível alegria o rumor de cascatas, uma alviçareira música para nós, vindos do sertão adusto, e para os nossos cavalos sequiosos que, espetando as orelhas inquietas, relincharam de satisfação".

É esta a Ibiapaba estudada por Luciara, bela de riquezas históricas e rica de belezas naturais.

O livro que apresento está dividido em sete capítulos, logicamente sequenciados e profundamente estudados. Apesar da aridez da matéria, a linguagem é suave, o estilo agradável, a frase fluente e as palavras macias. A variedade dos tópicos levemente insinuados e a precisão das datas harmoniosamente situadas deixam a impressão de que Luciara escreveu cantando. E assim soube quebrar a monotonia, dificilmente superável em trabalhos científicos de pesquisa histórica. A autora soube transpor galhardamente este óbice, dosando inteligentemente, com a argúcia de historiógrafa experimentada e com sua educada sensibilidade feminina, a frieza das exigências dos números e das datas, com o calor sentimental e poético de suas próprias observações perspicazes. Ao perpassar as páginas deste trabalho, o leitor entra em contato vivo e direto com a própria alma da Ibiapaba, sua pura e legítima intimidade, como se se espalhassem, por entre as palavras e letras do texto, o perfume das flores, a clorofila das matas e o gorjeio dos pássaros que enchem, em plenitude, toda a atmosfera ibiapabana.

O primeiro capítulo nos fornece, em rápido relance e em condensada síntese, a caracterização geral, geomorfológica e antropogeográfica, da cuesta, cuja frente, em abrupto corte, nos dá uma visão panorâmica dos sertões do Vale do Acaraú e cujo reverso, em suave declive, parece convidar o Piauí a se integrar em nossas belezas naturais.

O segundo capítulo descreve o testemunho de sangue do Pe. Francisco Pinto, protomártir da evangelização, barbaramente trucidado, e os trabalhos pioneiros da catequese jesuítica, duas vezes tentada e outras tantas malograda, até a perseguição de Pombal, mas deixando um lastro luminoso de lances heróicos e de atos destemidos.

A descrição da cultura tabajara ocupa o terceiro capítulo, para mim o mais interessante e valioso, onde é mostrada a estrutura social altamente evoluída e a organização administrativa democraticamente constituída em Parlamento, miniatura perfeita de um Conselho de Estado, onde há um poder executivo em mãos do principal que homologa e exige o cumprimento das decisões de uma espécie de senado. Antecipação intuitiva da constituição dos Estados modernos fundados sobre os poderes de Montesquieu e argumento precioso para confirmar algumas observações de Levi-Strauss na exposição do estruturalismo. Os tabajaras da Ibiapaba, realmente, apesar de ter baseado a sobrevivência na caça e pesca e em uma rudimentar agricultura, sob alguns aspectos haviam já superado o "modus vivendi" típico do Neolítico, ao contrário de muitas tribos espalhadas por outras regiões do país.

Semelhante ao primeiro, o capítulo quarto nos fornece uma outra síntese. Desta vez, uma macrovisão dos aspectos políticos, sociais e econômicos da tentativa de colonização tipicamente portuguesa, concebida em obediência às determinações das Ordenações e implantada a partir da criação da Capitania e da concessão de Datas e Sesmarias.

"A Ibiapaba ontem e hoje" é o título do capítulo quinto onde se traça um paralelo entre o nativo de

COORDENAÇÃO CULTURAL
BIBLIOTECA

antanho e o atual habitante da serra, e se estudam os problemas das fazendas de criar, da pecuária em geral, da moradia e urbanização e, finalmente, das perspectivas promissoras da agroindústria em fase de implantação.

Utilíssima, para uma rápida consulta dos historiadores e para uma visão de conjunto da evolução da Ibiapaba, é a cronologia dos acontecimentos exposta no capítulo sexto, seguida da transcrição fiel de vários documentos originais referentes a fatos controversos e à posição social de alguns dos primeiros colonizadores.

O capítulo sétimo apresenta mapas e gráficos, subsídios valiosos para a compreensão global da estrutura das tabas e fazendas, valendo salientar o mapa de Lamartine Nogueira, com desenho de Pedro Ciarlini, mostrando a precisa localização dos principais feitos que marcaram a história da Ibiapaba. Por fim, a vasta bibliografia, geral e especializada, que ocupa as doze páginas terminais do livro, fornece preciosas informações aos que desejarem se aprofundar em um que outro ponto que a autora não pode senão insinuar.

Em síntese, aí está o livro de Luciara. Obra pioneira da primeira cearense com mestrado em História.

A cultura cearense está de parabéns porque fica enriquecida com um trabalho elaborado dentro de um rigoroso método científico e tendo por tema uma região cearense, densamente rica em valores históricos e até então, lamentavelmente, pobre em estudos e pesquisas. Creio que o livro da Drª. Luciara Siqueira de Aragão é uma clarinada de alerta e um despertar de novos interesses para quantos teem a obrigação ou o dilentantismo de escrever sobre a História do Ceará.

Por exigência da verdade e da honestidade científica, não se pode escrever sobre a história cearense, sem começar pela Ibiapaba, berço de nossa civilização, início de nossa cultura e fonte primeira de nossa vida

política, social e religiosa.

Faço votos para que o pequeno grande livro, que agora tenho a honra de apresentar à intelectualidade cearense, sirva de roteiro para um aprofundamento, cada vez mais crescente dos estudos e pesquisas sobre a história da Ibiapaba para permitir a construção, autêntica e verdadeira, da própria história do Ceará.

A Infância do General Tibúrcio

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO CULTURAL
BIBLIOTECA

Das generosas mãos de Olindina Câmara recebi o livro póstumo de seu saudoso irmão José Aurélio Saraiva Câmara, "Um soldado do Império — General Tibúrcio e seu tempo", publicado recentemente pela Livraria José Olympio Editora em convênio com o Instituto Nacional do Livro.

O atrativo do assunto e a conhecida proficiência do autor em versar sobre temas da história do Ceará impeliram-me a ler a obra quase de um fôlego. É realmente um trabalho de raro mérito, fruto de pacientes e diuturnas pesquisas, que nos deixa uma visão geral não só da grandeza humana do biografado como também da ambiência político-militar do Império do Brasil durante o segundo reinado. Em leituras subsequentes demorei-me mais em analisar o primeiro capítulo que trata da "infância cearense" de Antônio Tibúrcio, por me tocar muito de perto o cenário da Ibiapaba e de Sobral que aí está descrito. Percebe-se que nesta parte ficaram algumas lacunas a preencher, alguns vazios a ocupar e algumas imprecisões a corrigir. Compreende-se que o ilustre autor não poderia ter acesso a todas as fontes de notícias sobre seu biografado, principalmente àquelas que não se encontram guardadas em arquivos e bibliotecas públicas.

Com a única intenção de colaborar e de apresentar alguns documentos que a curiosidade me levou a descobrir sobre a vida do herói cearense, trago os subsídios que encontrei folheando velhos cartapácios guar-

dados no Centro de Pesquisas Históricas e Geográficas da Fundação Universidade Vale do Acaraú e nos arquivos da Cúria Diocesana de Sobral.

A mãe de Tibúrcio

Referindo-se à então Vila Viçosa, sobre a serra da Ibiapaba, onde nasceu Tibúrcio a 11 de agosto de 1837, filho de Francisco Ferreira de Sousa e Margarida Ferreira do Nascimento, assim se expressa José Aurélio: "Sua mãe, oriunda, como seus ancestrais, daquelas paragens turbulentas, provavelmente carregava nas veias boa dose de sangue tabajara" (O.c., pág. 6). Ora, nem Dona Margarida nem seus ancestrais são oriundos da Ibiapaba. Margarida, filha de Manuel José do Nascimento e da sobralense Cosma Maria do Livramento, nasceu sobre a serra da Meruoca, então município de Sobral, e seus pais e avós são de genuína estirpe branca. Melhor do que eu, que o digam os termos do assento de seu batismo: "Margarida, filha legítima de Manuel José do Nascimento, natural de Amontada e Cosma Maria de Jesus natural desta freguesia, neta paterna de Mathias Vidal de Negreiros, natural de Jagoaribe e de Maria de Vera-Cruz, natural do Siará; neta materna de Amaro da Rocha Maciel natural do Jagoaribe e de Quitéria Maria de Jesus natural da cidade de Olinda; nasce aos vinte e seis de janeiro de mil setecentos e oitenta e oito e foi batizada com santos oleos no sítio do Monte de minha licença pelo Rdo. Pe. Miguel Lopes Madeira aos sete de março do dito anno. Fôrão padrinhos André Vidal, solteiro, morador na Amontada e Da. Anna Maria Uxoa, viuva, moradora nesta mesma freguezia de N. Sra. da Conceição da Villa de Sobral, do que para constar mandei fazer este termo no qual assignei. Pe. Basilio Francisco dos Santos, cura e vigário da Vara de Sobral" (Liv. cas. Sobral, 1777—1798, fl. 123 v.)

A mãe de Tibúrcio é, portanto, sobralense. E mais, somente se afastou de Sobral quando tinha 45 anos de idade, já viúva, para contrair segundas núpcias em 1833, como se verá a seguir. Nenhum ancestral também era natural da Ibiapaba.

Os dois casamentos de Margarida

Com uma imensa alegria que compensou o cansaço da árdua pesquisa, encontrei os termos dos dois matrimônios contraidos por Dona Margarida. Para que não se percam éstes dois valiosos documentos, já com seus originais gravemente esmaecidos pelo tempo, passo a transcrevê-los integralmente.

O primeiro está vazado nos seguintes termos:

Aos doze de agosto de mil oitocentos e quinze feitas as denunciações na forma do Sagrado Concilio Tridentino nesta Matriz de Sobral dõnde os contraentes são naturais e moradores, sem resultar impedimento algum como consta consta (sic) dos banhos que ficão em meo puder, em minha presença e das testemunha Francisco Joaquim de Souza Campelo e Luis da Silva Fialho, se receberão em matrimônio por palavras de presente *Alexandre José da Silveira*, viuvo que ficou por falecimento de Cordula de Sá e Oliveira sepultada na capela de São José filial desta Matriz, com *Margarida Ferreira do Nascimento* filha legítima de Manoel José do Nascimento já defunto e de Cosma Maria do Livramento e logo lhes conferi as sagradas bênçãos nupciais juxta Conc. Trid. e para constar mandei fazer este assento que assignei O Vig. José Gonçalves de Medeiros" (Liv. Cas. Sobral, 1778—1815, fl. 144v.)

O segundo casamento foi registrado como segue:

"Aos vinte e dois de novembro de mil oitocentos e trinta e treis feitas as dilígências de estílo de que não resultou impedimento algum, cujos papéis ficão em

meu poder, no Salgado, se receberão em matrimônio em presença do Reverendo Miguel Francisco Mendes de Vasconcelos de licença minha e das testemunhas Vicente Alves Linhares e Vicente Maurício Pereira Viana,*Francisco Ferreira de Sousa*, filho legítimo de Francisco Ferreira de Sousa e de Rosa Maria do Carmo já falecida, com *Margarida Ferreira do Nascimento* viuva que ficou por falecimento de Alexandre José da Silveira sepultado na Matriz da Villa de Caxias, naturais o nubente da cidade de Fortaleza e a nubente desta comarca de Sobral, e para constar mandei fazer este assento e o assignei. O vigário José Gonçalves de Medrios". (Liv. Cas. Sobral, 1824—1834, fl. 285 v.).

Do primeiro matrimônio nasceram vários filhos, todos em Sobral dentre os quais José Custódio e João Severiano da Silveira. Do segundo, nasceram apenas dois, ambos em Viçosa: Antônio Tibúrcio e Manuel.

Alexandre José da Silveira, primeiro marido de Margarida, é natural de Sobral, filho de Vitorino José da Silveira e Teresa Maria de Jesus, tendo se casado, a 24 de abril de 1800 na Matriz sobralense, com Córdula de Sá e Oliveira, filha de Francisco Xavier Caminha e Maria Patrícia da Conceição.

Alexandre José da Silveira e Córdula de Sá e Oliveira tiveram, além de outros, Maria Patrícia da Conceição (neta) que se casou, a 12 de janeiro de 1833, na Matriz de Sobral, com Diogo Alves de Melo, filho de Manuel Alves Linhares e Francisca Maria de Melo.

O pai de Tibúrcio

Francisco Ferreira de Sousa, pai de Tibúrcio, nasceu em Fortaleza onde residiu com seus pais até ter que viajar a Sobral com o fim de prestar juramento perante a Câmara para assumir as funções de professor público de primeiras letras da Barra do Acaraú,

cargo para o qual foi nomeado, a 14 de fevereiro de 1831, por ato do Presidente da província Manoel Joaquim Pereira da Silva. Exatamente a 15 de março do mesmo ano compareceu à vereação, em cuja ata encontrei o termo de sua posse. Foi nesta primeira estada em Sobral que travou conhecimento com Dona Margarida, já viúva, de quem se enamorou vindo a casar dois anos depois. A 4 de agosto de 1834, como consta do livro respectivo, na residência do Juiz de Paz, Antônio Rodrigues Vasconcelos, foi alistado como jurado do julgado da Barra do Acaraú encabeçando a relação dos demais escolhidos. No final desse ano. foi nomeado pelo Presidente José Mariano para reger a escola pública de Viçosa, transferindo-se para lá em companhia de sua mulher e de seus filhos enteados, no ano de 1835. Chegando a Viçosa, foi escolhido para secretariar a Câmara Municipal servindo ao então presidente daquela corporação, Roque de Oliveira Barcelos.

Possuo como uma relíqua, por ele próprio assinada com bela caligrafia e datada de 17 de novembro de 1835, a ata de apuração dos jurados do julgado de Viçosa e que foi enviada à Câmara de Sobral, cabeça de comarca, em obediência ao prescrito no Art. 4º. da Lei Provincial de 4 de junho de 1831.

As funções de professor público e de secretário de uma câmara municipal, exercidas por longo tempo, deveriam exigir um razoável senso de responsabilidade, pelo que é estranho o que afirmou José Aurélio sobre o pai de Tibúrcio: "Parece ter sido um desses tipos inconstantes, encontradiço em todos os tempos e em todas as latitudes, que melhor se comprazem na boemia irresponsável e na apatia despreocupada que no atendimento às duras solicitações da luta pela vida. (...) Não revelou mais perseverança na lavoura nem no pequeno comércio a que também se dedicou".

Francisco Ferreira de Sousa tomou posse do cargo de professor da Barra do Acaraú poucos minutos antes da posse de Tomás de Aquino Sousa, pai do Senador Pompeu, no cargo de Juiz de Paz da freguesia de Santa Quitéria, em solenidade realizada na Câmara de Sobral. A posse do Professor Sousa foi registrada nos seguintes termos: "Termo de juramento e posse que assignou Francisco Ferreira de Sousa do emprego de Professor das primeiras letras da povoação da Barra do Acaracú deste termo. Aos quinze dias do mês de maio de mil oitocentos e trinta e hum annos nesta villa de Sobral, Província e Comarca do Ceará Grande, nos Paços do Conselho aonde se acham reunidos os Senhores Presidente e Vereadores da Câmara Municipal abaixo assignados Commigo Secretário da mesma ao adiante nomeado, sendo ahi estava presente Francisco Ferreira de Sousa para efeito de prestar juramento e ser empossado do emprego de professor de primeiras letras da povoação da Barra do Acaracú deste termo, em consequência de haver dito Francisco Ferreira de Sousa apresentado sua Provisão obtida do Exmº. Senhor Vice-Presidente desta Província José de Castro Silva datada de quatorze de fevereiro próximo passado; e logo pelo dito Senhor Presidente foi recebido o juramento do sobredito Sousa apresentando-lhe hum livro dos Santos Evangelhos em que pondo ele sua mão direita disse juro aos santos evangelhos desempenhar as obrigações do emprego de Professor das primeiras letras da Povoação da Barra do Acaracú que me foi conferido e guardar a Constituição e Leis do Império: e por esta forma houveram os mesmos senhores Presidente e Vereadores por empossado do sobredito emprego e para constar exarei o presente termo em que assignarão com o provido, eu Gregório Francisco de Torres Vasconcelos Secretário o escrevi. Gomes Parente. Sabóia. Costa. Parente. Mendonça. Silva. Francisco Ferreira de Sousa" (Liv. de Juramento dos Oficiais da Câmara — 1803 — 1836. fl. 142.)

A 21 de abril de 1841, Fracisco Ferreira de Sousa prestou juramento para tomar posse da função de Fiscal Suplente da Câmara de Sobral, conforme consta do Livro de Juramentos da mesma Câmara, fl. 51, o que comprova que mesmo depois do nascimento de Tibúrcio residiu temporariamente em Sobral.

O mito da pobreza

Todos os biógrafos do General Tibúrcio, de meu conhecimento, são unânimes em aludir a uma extrema pobreza de sua família. É uma inverdade que precisa de ser imediatamente desfeita a bem da seriedade da ciência histórica. Lobo Viana, por exemplo, em estudo publicado na Revista do Instituto do Ceará, 1913, pág. 3, chega ao excesso de usar o superlativo ao afirmar, sem razão, ser Tibúrcio filho de "pais paupérrimos". Lamentável erronia. Como professor público, Francisco Ferreira de Sousa percebia uma remuneração de trezentos mil réis anuais, como consta do ato de sua nomeação, e não menores eram seus vencimentos de secretário da Câmara Municipal de Viçosa. Dona Margarida, por sua vez, era filha de abastado fazendeiro, e ourives, homem rico, possuidor de muitos e valiosos bens de raiz e de muito gado de toda espécie, como se vê das declarações que prestou à Câmara de Sobral em 1788, por coincidência mesmo ano em que nasceu a mãe de Tibúrcio. Eis os bens de Manuel José do Nascimento que foram detalhadamente arrolados:

1 — "Uma fazenda de criar gado chamada Batoque, às margens do rio Acaraú, com 600 braças de comprido e meia légua de largo, com 5 escravos, 110 cabeças de gado vacum, 27 de gado cavalar, 20 ovinos e 75 caprinos.

BIBLIOTECA

2 — Fazenda Bonfim, na ponta da Serra Grande, com engenhoca com produção de 2.500 rapaduras, 100 braças de plantio de algodão, 5.000 covas de mandioca, com 85 rezes, tendo ferrado 25 bezarros neste ano.

3 — Sítio São Pedro na Serra da Merucca, onde reside, com 100 braças de comprido e 200 ditas de largo, com 3.000 covas de mandioca, 50 mãos de milho, meia quarta de feijão e 50 braças de algodão plantados". (Cfr. "Estudo do Remanejamento da Pecuária da Zona Norte do Ceará — SUDEC — 1974, Vol. I, fls. 275-276).

É um mito a pretensa 'pobreza extrema' do General Tibúrcio. Ele nasceu no seio de uma família fartamente aquinhoada de bom sangue e de bens materiais.

A nobreza da família

General Tibúrcio, tanto do lado paterno quanto materno, possuia nobre ascendência. Os filhos de rico fazendeiro Manuel José do Nascimento, seu avô materno, entrelaçaram-se pelo matrimonio com as mais ilustres famílias sobralenses como se vê da descrição que passo a fazer.

Além de Margarida, mãe de Tibúrcio, Manuel José do Nascimento e Cosma Maria do Livramento tiveram mais cinco filhos:

1 — *Manuel José do Nascimento* (junior) que se casou com Ana Portela do Nascimento, filha de Antônio José Portela e Rita Raimunda de Castro, a 28 de setembro de 1829, na Matriz de Sobral. É pai de Antônio Rangel do Nascimento, tronco da família Rangel, que se casou duas vezes. A primeira, com Rita Gomes Coelho, a 30 de janeiro de 1860 e a segunda, com Paulina Muniz Ribeiro, irmã do General Ortofre Muniz Ribeiro da Silva.

2 — *Vicente Ferreira do Nascimento* que se casou com Rufina Felícia, filha de Antônio José Portela e Rita Raimunda de Castro, a 16 de julho de 1829.

3 — *Matilde Francisca de Negreiros* que se casou com José Alves Linhares, filho de Diogo Alves Linhares e Ana Ferreira de Vasconcelos, a 9 de abril de 1818.

4 — *Rita Umbelina do Nascimento* que se casou com Amaro José de Arruda (junior), filho de Amaro José de Arruda, português, e de Ana Maria da Conceição, a 13 de julho de 1829, na Matriz. É mãe do professor Vicente Ferreira de Arruda, tronco da ilustre família Arruda.

5 — *Maria Quitéria do Nascimento* que se casou com o Cap. João Bento de Araújo Costa, viúvo de Rita Maria da Conceição, a 21 de janeiro de 1833, no Salgado, distrito da Barra do Acaraú. João Bento era filho do Cap. Diogo Lopes de Araújo Costa oriundo de nobre ascendência lusitana.

As estadas em Sobral

Antônio Tibúrcio esteve por duas vezes em Sobral. A primeira, em pena puberdade, hospedado, na residência de sua tia materna Rita Umbelina, nobre e abastada matrona, quando cursou a aula de Gramática Latina do ilustre mestre Pe. Antônio Fialho. O final desta permanência foi no meado de 1851. A "Gazeta de Sobral", trinta anos depois, na edição de 11 de agosto de 1881, assim se referia ao fato: "O General, apesar de não poder ser contado como nosso conterrâneo, aqui passou muitos anos na idade em que o corpo robustece e o espírito se forma".

Para servir de documento de apresentação ao comandante do Meio Batalhão de Caçadores de Fortaleza onde serviu praça, Tibúrcio dirigiu uma petição, escrita do seu próprio punho, ao Presidente da Câmara de Sobral, cujo original, que tenho em mãos, está vaza-

do nos seguintes termos: "Diz Antônio Tibúrcio Ferreira de Sousa, estudante de latim nesta cidade cuja aula frequentou o suplicante com assiduidade, que a bem de seo direito necessita que VV. Sias. lhe atestem do que a esta ilustre Câmara constar acerca da conduta civil, moral e religiosa do suplicante, e de mais que a seo respeito souberem. De VV. Sias. assim defferir. O suplicante E. R. M. Antônio Tibúrcio Ferreira de Sousa". A petição recebeu o seguinte despacho: "Os Illmºs. Snrs. Prezidente e mais Vereadores da C. Mun. acórdão que se passe o que constar. Paço da Câmara Municipal de Sobral, em 7 de julho de 1851. Rufino Furtado de Mendonça, Prezidente."

Quanto à sua segunda estada, José Aurélio Saraiva Câmara se mostra inseguro ao afirmar: "Há indicações de que, já Brigadeiro, Tibúrcio teria visitado Sobral, onde fora recebido com manifestações de simpatia pela população local. É possível que essa viagem se tenha realizado em 1882 ou 1883., quando mais longe foi sua permanência no Ceará. Não conseguimos informações precisas sobre o assunto". (Ob. cit., pág. 346 nota 535).

O jornal "Gazeta de Sobral", em sucessivas edições daquela época traz amplas e detalhadas reportagens sobre a festiva e solene visita a cidade que deixara a trinta anos passados. Chegou precisamente às 9,30 horas da manhã do dia 19 de setembro de 1881, 2ª —feira, demorando-se durante vinte dias, hospedado com o seu primo professor Vicente Ferreira de Arruda. Foi delirantemente aplaudido no desfile apoteótico que naquele dia a população lhe preparou como sinal de regozijo. A Câmara prestou-lhe honras oficiais em sessão solene e em festivo baile. No Teatro São João foram encenadas peças dramáticas em sua homenagem. No dia 2 de outubro iniciou seu retorno a Fortalleza, a cavalo, sendo "acompanhado até uma

légua de distância desta cidade por numerosos cavalheiros sobralenses".

São estas as informações que achei por bem prestar aos estudiosos da História do Ceará, como aditamento ao que está descrito no primeiro capítulo — Infância Cearense — do precioso livro de José Aurélio Saraiva Câmara, obra que honra a cultura e as letras de nosso Estado.

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO CULTURAL
BIBLIOTECA

A Infância de Farias Brito

A cidade de São Benedito, com sobrada razão, se orgulha de ser o berço do filósofo Farias Brito. Realmente um povo se mede pela grandeza de seus filhos e Farias Brito tem valor suficiente para motivar o justificado orgulho de seus conterrâneos. O seu nascimento integrou aquela comuna ibiapabana na história da inteligência brasileira e se tornou o evento mais importante da história da própria cidade. É em torno do nascimento de Farias Brito que comentarei alguns fatos da história daquela simpática cidade da Ibiapaba.

O documento oficial que registra o nascimento do filósofo é o termo de batismo: "Aos trez de 10bro. de mil oitocentos e sessenta e dois, na capella de S. Benedict, filial a esta Matriz de N. S. da Assumpção de Villa Viçosa, o Rdº. Coadjutor João Chrisostomo baptizou e deu os santos oleos a Raimundo, branco, nascido a 24 de julho desse anno, filho leg.mo de Marcolino José de Britto e de Eugenia Alves Ferr.a; padr. seus avós maternos Joaquim Pedro da Cruz e sua m.er Izabel Rodrigues de Farias, desta freg.a. Para constar mandou fazer este lançamento que assigna o Vigr. J. Bevilaqua." (Liv. Bat. Viçosa, 1861 a 1869, fl. 64).

O POVOADO

Quando em 1604 Pero Coelho conquistou a Ibia-

CÍRCULO DE DOCUMENTAÇÃO CULTURAL
BIBLIOTECA

paba, caminhou em sua comitiva até às margens do riacho Arabé (barata), ponto final de sua excursão, e aí, de onde retornou, assentou um arraial onde acampou por alguns dias. Aproveitando o abarracamento abandonado, os indígenas se aldearam dando origem ao povoamento da localidade. Nessa época já existiam outras aldeias dos tabajaras sobre a serra, com maior evidência nos locais onde hoje se encontram as cidades de Viçosa e Ibiapina.

Em janeiro de 1608, os jesuítas Luis Figueira e Francisco Pinto estiveram no arraial do Arabé, tendo este último sacerdote sido assassinado, não muito distante dali, no dia 11 do mesmo mês. A catequese prosseguiu a partir de julho de 1653 quando os jesuítas Pedro Pedroso e Antônio Ribeiro se fixaram na aldeia de Viçosa onde permaneceram até 1662 e de onde saiam para missionar por toda a Ibiapaba. A missão foi abandonada em setembro de 1662 e reiniciada somente em 1691 com a chegada dos padres Ascenso Gago e Manuel Pedroso. Este último período da missão foi o mais longo e o mais proveitoso. Terminou com a expulsão dos jesuítas por ordem do Marquês de Pombal, fato que na Ibiapaba se deu a 4 de junho de 1759, dia em que chegou a Viçosa o Desembargador Bernardo Coelho da Gama Casco que veio pessoalmente de Pernambuco para executar a drástica determinação. Para substituir a velha Missão da Companhia de Jesus, Gama Casco trouxe consigo a "Ordem de Criação da Igreja Parochial e Vigararia da notável Villa Viçosa e Real" expedida de Olinda a 5 de janeiro de 1759 pelo Bispo de Pernambuco, Dom Francisco Xavier Aranha.

Com a expulsão dos jesuítas, o patrimônio da Missão foi alienado, tendo apenas parte dele passado às mãos do primeiro vigário, Pe. Dr. Luis do Rego Barros. Entre os chefes tabajaras que muito auxiliaram os jesuítas na manutenção do patrimônio destacava-se o índio Jacó Dias que, desgostoso da expulsão dos padres, abandonou Viçosa e foi residir no aldeamento do Arabé para onde levou consigo uma pequena imagem de São Benedito, santo de sua devoção, em cuja honra fez levantar um nicho coberto de palha. Em torno da devoção ao santo preto o povoado começou a prosperar.

O ORÁCULO

É evidente que o índio Jacó não recebeu da catequese dos jesuítas a devoção a São Benedito. Sendo este um irmão leigo franciscano, não era cultuado pela Companhia de Jesus. Provavelmente recebeu a imagem de um dos componentes da comitiva de Gama Casco que a trouxera dos engenhos de açucar de Pernambuco onde a veneração ao santo era bastante cultuada pelos escravos. Sabemos que São Benedito foi canonizado por Bento XIV, seu homônimo, que foi Papa de 17 de agosto de 1740 a 3 de maio de 1758. A canonização era portanto recente e estava no apogeu de sua divulgação. O fato da elevação de um homem de cor à honra dos altares, no auge da escravidão no Brasil, teve profunda repercussão na alma sofrida da raça negra em nossa terra. A exaltação de um santo de estirpe africana calçou profundamente nos desejos de libertação dos escravos. O proselitismo dos negros, embora abafado pelos senhores de engenho, não deixou de se expandir, uma vez que a glorificação religiosa de um santo da mesma raça abria esperanças de libertação de uma população oprimida.

Nascido na Silícia no ano de 1526, filho de pais africanos emigrados da Etiópia, Benedito era exemplo de humildade para todo o mundo cristão e símbolo da integração dos povos da África com a Igreja.

Contam os hagiógrafos que Benedito fora por muito tempo cozinheiro no Convento de Santa Maria em Palermo e, diariamente, recolhia as sobras de comida, por ele chamadas de "sangue dos pobres", para distribuir aos mendigos que o procuravam. Seu nome civil, Filadelfo, que significa querido irmão, era verdadeiramente a expressão autêntica da prática de sua vida franciscana. Seu nome religioso, Benedito, correspondia por sua vez à delicadeza com que falava e atendia aos irmãos de ordem e aos irmãos de pobreza. Suas palavras não eram apenas ditas bem, mas realmente benditas para quem o ouvia.

É evidente que a vida de São Benedito trazia uma mensagem de fraternidade e de amor que não podia deixar de ser bem acolhida por quantos sofriam a opressão da escravatura negra, da fome e da rejeição social. Seu exemplo era uma pregação estentórea do amor fraterno e da solidariedade humana, sentimentos de que tanto necessitava o coração cativo dos escravos negros. S. Benedito faleceu em 1589, sua memória não se apagou entre nós e por muito tempo permanecerá viva no Planalto da Ibiapaba graças à Matriz de que é orago perpetuando-lhe o nome.

A CAPELA

A capela onde Farias Brito foi batizado foi construída pelo Pe. João Crisóstomo de Oliveira Freire, sacerdote a quem muito deve a cidade de São Benedito. Foi ele, sem dúvida, um dos maiores incentivadores do progresso da povoação e o primeiro sacerdote que aí fixou residência.

A 28 de julho de 1845, dia em que o Cônego Antônio Pinto de Mendonça encerrou a Visita Pastoral na Matriz de Nossa Senhora da Assunção de Viçosa, o Pe. Crisóstomo, coadjutr da freguesia, solicitou permissão

do Visitador para construir uma capela na povoação de São Benedito. Eis o teor da petição que foi deferida no mesmo dia: "O Padre João Chrisostomo de Oliveira Freire, morador na povoação de São Benedicto, freguezia e termo da Villa Viçosa, desejando elle suplicante que ao culto divino se preste o devido aceio e decencia destinada ao AltoMinistério dos Sacramntos vê-se elle suplicante prohibido de assim praticar em razão de só haver naquella povoação hum immundo ninchо coberto de palha e para melhorar tal sorte precisa com ajuda dos fieis edificar hum templo e que nelle se celebram todos os Officios Divinos e ainda se dê sepultura aos cadaveres dos fieis enquanto permitir se formar um decente cemiterio, ponderando o mesmo Rdº. suplicante a V. S. que aquella povoação existe em distancia de dezesseis leguas de sua Matriz e quatro de capellas vizinhas e estas mesmas sem a decencia precisa e não podendo conseguir seu fim sem prévia licença ordinária, pede a V. S. Illmº. Snr. Conego Vizitador da Provincia se digne conceder a licença requerida authorizando ao Rdº. Parocho da Freguezia ou a outro qualquer sacerdote para benzer o Templo com o mesmo orago S. Benedicto quando se achar acabado. E.R.M. O Padre João Chrisostomo de Oliveira Freire".

Obtida a permissão, empreendeu um trabalho intenso para conseguir donativos. A pedra fundamental foi benta somente a 23 de agosto de 1850, cinco anos portanto após a concessão da licença. Se foi demorado o período de espera para o início da construção, a própria construção foi feita muito rapidamente, já que a capela foi solenemente inaugurada no dia 21 de dezembro de 1851, último domingo do advento. O novo templo substituia o velho nicho do índio Jacó Dias que, apesar da reforma por que passou em 1841, continuava a ser impróprio para o culto.

Com a construção e o funcionamento da nova

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO CULTURAL
BIBLIOTECA

capela, a povoação começou a se desenvolver mais intensamente. No dia 6 de dezembro de 1850 já se criava ali um Distrito de Paz filiado à Comarca de Viçosa, por força da Lei nº. 527 assinada pelo Presidente da Província, Dr. Inácio Silveira da Mota. Menos de quatro anos depois, exatamente a 28 de outubro de 1854, o Presidente Pe. Dr. Vicente Pires da Mota criou a primeira aula pública do sexo masculino pela Lei nº. 685. Religiosamente também o desenvolvimento foi sensível. Pe. Crisóstomo organizou a Irmandade de São Benedito cujos estatutos foram aprovados pela Lei nº. 879 de 18 de outubro de 1858 assinada pelo Presidente da Província , Dr.João Silveira de Sousa. Comercialmente surgiu também o progresso e tiveram início as hoje conhecidas feiras dos sábados que reuniam vendedores e compradores de toda a região. Foi nesse tempo de prosperidade que fixou residência em São Benedito o comerciante Marcolino José de Brito, natural de Sobral, que se casou a 27 de outubro de 1861 com Eugênia Alves Ferreira, na Capela do Pe. Crisóstomo, de cujo consórcio nasceu o filósofo Raimundo Farias Brito.

OS MÉRITOS DO SACERDOTE

O Pe. João Crisóstomo de Oliveira Freire era da Província do Rio Grande do Norte onde nasceu no ano de 1793. Durante as lutas políticas da Confederação do Equador foi enviado para Sobral por nomeação do Bispo de Pernambuco, Dom Tomás Noronha, com o fim de assumir interinamente as funções de vigário em substituição ao Pe. José Gonçalves de Medeiros que se encontrava afastado do cargo. Pe. Crisóstomo tomou posse a 19 de julho de 1824 permanecendo no exercício deste ofício eclesiástico até 22 de junho de 1929, dia em que regressou a Sobral o titular Pe. Medeiros. Assumiu então as funções de simples coadjutor até o ano de 1834 quando tomou posse do cargo de vigário da Matriz de Viçosa. Naquela cidade desenvolveu um trabalho admirável de afervoramento espiritual. Foi substituído, a 14 de abril de 1841, pelo Pe.Maximiano José de Valcácer que foi assassinado barbaramente a 19 de dezembro de 1842. Pe. Crisóstomo, que deixara Viçosa para recolher-se na povoação de São Benedito, teve então de reassumir a paróquia permanecendo no cargo até 24 de fevereiro de 1844 quando foi substituído pelo Pe. José Beviláqua. Pôde então retornar a São Benedito onde fixou residência definitiva. Apesar de ser simples coadjutor, pois a paróquia de São Benedito só foi criada a 6 de agosto de 1874. Pe. Crisóstomo dedicou-se de corpo e alma ao povo ali residente prestando uma assistência espiritual e material como poucos o fizeram.

OS PAIS DE FARIAS BRITO

Marcolino José de Brito, pai do filósofo sambenedítense, nasceu em Sobral e sua mãe Eugênia Alves Ferreira é natural da freguesia de São Gonçalo da terra dos Cocos.

Eis como foi lavrado o termo de batismo de Marcolino administrado na Matriz de Sobral: "Marcolino, filho legítimo de Fidellis José de Brito e Silvana Theodora da Silva, desta freguezia, nasceo aos vinte e oito de agosto de mil oitocentos e trinta e foi batizado solenemente nesta Matriz aos vinte e sete de outubro do mesmo anno por mim e logo lhe administrei os santos cleos. Forão padrinhos José Balthasar Augeri de Saboia e Dona Florência Thereza de Jesus e para constar mandei fazer este assento e assignei. O vigário José Gonçalves de Medeiros." (Liv. Bat. Sobral, 1830-1831, fl. 52 v).

Marcolino, filho caçula do casal, nasceu em casa de propriedade de seu pai, construção de tijolo e telha, com quatro portas de frente, situada na rua Nova do Rosário, parte central da vila, vizinha à residência do Capitão Estevão Ferreira da Ponte. Estes detalhes servem para destruir o mito de sua "extrema pobreza" a que aludem alguns biógrafos do filósofo.

Marcolino aprendeu as primeiras letras com sua própria mãe que, posteriormente, foi professora pública de uma cadeira de meninas mantida pelo governo da Província e da qual tomou posse a 24 de janeiro de 1843. Órfão de pai desde os oito anos de idade, muito sofreu com a morte de sua mãe, fato que o levou a se transferir para São Benedito onde se estabeleceu com pequeno comércio de secos e molhados. Ali, contraiu núpcias pouco tempo depois, com idade de 21 anos, servindo como padrinhos de casamento as duas mais elevadas autoridades da povoação: o Capitão Paulo Marques da Assunção, subdelegado de polícia, e o Capitão Antônio Joaquim da Silva Carapeba, juiz de Paz do distrito.

A cerimônia religiosa do casamento foi registrada nos seguintes termos: "Aos vinte e sete de outubro de de mil oitocentos e sessenta e um, na capella de São Benedicto, filial desta Matriz de N. Sra. da Assumpção de Villa Viçosa, o Rdº. Coadjutor João Crisóstomo de Oliveira Freire, depois de feitas todas as diligências do estylo e de Licença do Rdº. Vigário, administrou o sacramento do matrimônio aos contrahentes *Marcolino José de* Brito, fº legmo de Fidelis José de Brito e de Silvana Teodora da Silva, ambos falecidos, com *Eugênia Alves Ferreira,* filha legma de Joaquim Pedro da Cruz e Izabel Rodrigues de Farias: o nubente é natural da freguezia de Sobral, e a nubente é natural da freguezia da Serra dos Cocos, e ambos moradores nesta Villa Viçosa; e lhes dei as bênçãos pelo Rit. Rom. perante as testas Capm Paulo Marques de Assumpção e e o Capm. Antônio Joaquim da Silva Carapeba, casados e desta freguezia; para constar mandei fazer este lançamento que assigno. O vigario J. Bevilaqua." (Liv. Cas. Viçosa, 1850—1864, fl. 171)."

O novo casal foi residir em uma casa de esquina da Praça da Matriz e aí, faltando exatamente três dias para completar nove meses após o casamento, nasceu o primogênito Raimundo, precisamente a 24 de julho de 1862, um dia de quinta—feira. Mal sabiam seus genitores que viera à luz naquele momento o maior pensador brasileiro e um dos mais vigorosos defensores da filosofia espiritualista no País.

Farias Brito nasceu de um lar profundamente cristão e, embora tenha reconhecido no fim da vida que em toda sua obra filosófica "começou interrogando e é interrogando que termina", chegou a conclusão de que "a verdade como regra das ações provém de duas únicas fontes: a revelação e a razão, ou a fé e a filosofia" e de que "só para estes dois princípios podemos apelar em nossa luta contra a morte, ou em nosso esforço pela libertação e regeneração de nossa própria existência". Foi esta idéia que afirmou, repetidas vezes e de várias formas, em seu último estudo, "Ensaio sobre o conhecimento", publicado postumamente na "Revista do Livro", nº. 25, março de 1964. Sinal de que não perdeu a fé que recebeu de seus pais desde o berço. Realmente, Marcolino e Eugênia procuraram educá-lo nos princípios cristãos de respeito e de amor a Deus.

Admirável foi a dedicação mútua que pai e filho sempre trocaram entre si. Marcolino José, enquanto viveu, sempre acompanhou o filho em todas as mudanças de residência tendo inclusive permanecido no Recife, empregado como porteiro do Ginásio Pernambucano, durante todo o tempo em que Farias Brito

UFC - CÍRCULO DE DOCUMENTAÇÃO CULTURAL
BIBLIOTECA

cursou a Faculdade de Direito (1881—1884). Ao mesmo tempo, Dona Eugênia se desdobrava no trabalho de costurar e lavar roupa para ajudar na manutenção da casa. O filósofo adotou o pseudônimo de Marcos José, como visível homenagem ao nome paterno. Os sentimentos de amor filial são uma das mais comoventes qualidades de quantas exornaram a rica personalidade do autor de "Finalidade do Mundo". Somente a morte pôde separar o pai do filho. Marcolino faleceu em Fortaleza a 16 de agosto de 1901 tendo o filho desistido de uma iminente e já preparada viagem à Europa para poder dar total assistência ao pai enfermo. Farias Brito podia fazer suas as palavras comovedoras do Livro dos Provérbios: "Fui um verdadeiro filho para meu pai, terno e amado junto de minha mãe". (Prov. 4,3).

A INFÂNCIA DO FILÓSOFO

Marcolino e Eugênia, depois do nascimento do filho, permaneceram em São Benedito apenas por mais três anos. Em 1865 foram residir na fazenda Ipueirinha, município do Ipu, propriedade do Capitão Joaquim Pedro da Cruz, avô materno do filósofo. Aí permaneceram até o ano de 1870 quando transferiram residência para Sobral. Com oito anos de idade o sisudo menino necessitava de aprimorar sua educação e, na época, somente a cidade de Sobral oferecia condições para uma boa instrução primária. Dona Silvana, avó paterna, fora por muito tempo professora pública e, após sua morte, esta função passou às mãos da filha Laureana, irmã mais velha de Marcolino. Foi com esta tia que o pequeno Raimundo caminhou na aprendizagem da instrução primária. Dona Laureana era casada com o comerciante português Joaquim Jerônimo Bravo e mantinha a escola em sua própria residência, casa

situada na atual Praça da Prefeitura fazendo esquina com a Rua do Apolo, hoje no cruzamento da Rua Ernesto Deocleciano com a Rua Rodrigues Junior. Foi nesta pequena casa de valor histórico, infelizmente esquecida hoje dos sobralenses, que Farias Brito aprendeu a ler e a escrever. A ler as grandes obras filosóficas de seu tempo e a ecrever as maiores obras filosóficas do Brasil.

Concluída a instrução primária, Farias Brito recebeu aulas particulares de francês e latim na escola do Professor Arruda. O resto do tempo dedicava à leitura assídua de livros que lhe chegavam às mãos e à memorização de peças dramáticas a ser encenadas no Teatro Apolo. Tornou-se ator, em plena adolescência, destacando-se na representação de personagens femininas dos dramas e comédias apresentadas na ribalta do velho e glorioso primeiro teatro da província. Na encenação do drama "Rochedos que choram", de autoria de Domingos Olímpio, o jovem Farias Brito arrancou aplausos demorados do público por sua soberba atuação.

A 19 de junho de 1876 realizam-se os exames de admissão ao "Ginásio Sobralense", primeiro estabelecimento de ensino secundário fundado na cidade por iniciativa dos professores José Joaquim Praxedes e Francisco Pedro Sampaio. Na relação dos candidatos inscritos constava o nome de Raimundo de Farias Brito que prestou brilhante exame de latim e francês, sendo matriculado no mesmo dia.

Para sustentar a família e os estudos do filho, Marcolino José conseguiu licença da Câmara Municipal para "abrir sua venda de molhados na Rua do Apolo". No ano seguinte, sobreveio a terrível seca. Marcolino e Eugênia resolvem se transferir para Fortaleza em busca de melhores condições de vida para a família e de maiores vôos para a inteligência do filho. No

início do ano de 1879, Farias Brito é matriculado no Liceu do Ceará. Terminados os estudos preparatórios de dois anos, toda a família viaja para o Recife com o fim de acompanhar o filho no curso da Faculdade de Direito.

OS AVÓS PATERNOS

O avô paterno de Farias Brito, Fidelis José de Brito, é natural da freguezia do Aracati do Jaguaribe. Emigrou para Sobral no ano de 1824. Dedicou-se inicialmente às atividades do pequeno comércio. Posteriormente foi nomeado primeiro escrivão do recémcriado Juizo de Paz desta Villa de Sobral, como se lê no seguinte documento: "Termo de juramento e posse que recebe Fidelis José de Brito do officio de Escrivão do Juiz de Paz desta Villa de Sobral. Aos cinco dias do mês de maio do ano de mil oitocentos e vinte e oito, nesta Villa de Sobral, Comarca do Ceará Grande, em casa de residência do Juiz Ordinário Presidente da Câmara Antônio Viriato de Medeiros aonde eu escrivão da mesma ao adiante nomeado vim, sendo ahi estava presente Fidelis José de Brito para efeito de receber a posse e juramento do officio de escrivão do Juiz de Paz desta villa e freguezia de Sobral para que foi nomeado pela Câmara da mesma em virtude da Lei de quinze de outubro de mil oitocentos e vinte e sete; e logo pelo dito Juiz Ordinário Presidente lhe foi deferido o juramento dos Santos Evangelhos em hum livro delles, em que pôs sua mão direita, sob cargo do qual lhe encarregou que bem verdadeiramente servisse dito officio de Escrivão do Juiz de Paz desta Villa o presente anno guardando em tudo o Serviço Nacional e Imperial, segredo de justiça, inteireza e e fidelidade que a Lei recomenda, e recebido por elle o juramento assim prometeu cumprir e observar, do

que para constar mandou o mesmo Juiz Presidente exarar este termo em que com elle assignou, eu Antonio Furtado do Espírito Santo escrivão da Câmara o escrevi. Medeiros. Fidelis José de Brito." (Livro de juramentos dos oficiais da Camara de Sobral, 1503—1836, fl. 123). No mesmo dia prestou juramento o primeiro Juiz de Paz, Sargento—mor João Pedro da Cunha Bandeira de Melo.

Fidelis José de Brito casou-se em Sobral, em 1825, com Silvana Teodora da Silva, filha legítima de João Bernardo da Silva e de Vitorina Rita de Azevedo. Por não ter sido localizado o termo desse casamento por causa do mau estado de conservação de algumas páginas do livro respectivo, colhi os dados aqui apresentados, no 3º Cartório de Sobral, do Auto de inventário de Fidelis José de Brito falecido a 19 de maio de 1838. O inventário foi feito pelo Juiz de Órfãos Tenente José Sabóia a 17 de abril de 1839. É interessante notar que o Tenente José Sabóia é o mesmo José Baltazar Augeri de Sabóia que foi padrinho de batismo de Marcolino José.

Fidelis José de Brito e Silvana Teodora da Silva tiveram quatro filhos, todos nascidos em Sobral, a saber:

1. Laureana, nascida em junho de 1826, casada com o português Joaquim Jerônimo Bravo, comerciante.
2. Francisco, nascido a 27 de agosto de 1827.
3. João, nascido a 8 de março de 1829.
4. Marcolino, nascido a 28 de agosto de 1830.

Na feitura do inventário serviu como escrivão Ricardo de Sousa Neves, como curador ad litem e advogado Antônio José Memória, como curador João Bernardo da Silva, sogro do defunto, e como avaliadores João Felix Ferreira Lobo e Gonçalo de Andrade Pessoa.

O inventariado possuia os seguintes bens de raiz:

1. Um sitio de terra de plantar lavouras em cima da Serra da Meruoca, no lugar chamado Viração, limitando pela parte do poente com o sítio Mulungu de Manuel Ferreira da Cunha, pela parte do nascente com o sítio Laranjeiras de José Carneiro da Costa, pela parte do norte com o pico da serra e pela parte do sul com o sítio de João Gomes da Silva, avaliado em 200$000.

2. Uma casa de tijolo coberta de telha sita nesta Vila na Rua nova do Rosário, com quatro portas de frente, em terreno foreiro de Nossa Senhora do Rosário, avaliada em 500$000.

Possuia mais oito escravos dentre eles "um cabra de nome Vicente, com 33 annos de idade, oficial de carpina" avaliado em 500$000 e "uma mulata de nome Maria, de idade de 23 annos, costureira e rendeira" avaliada em 400$000. O escravo Vicente, como se observa, tinha o mesmo valor que a casa de residência e a escrava Maria valia duas vezes mais do que o sítio sobre a serra da Meruoca. A fortuna total somou 3.151$000 (três contos,- cento e cinquenta e um mil réis).

O filho Marcolino herdou um escravinho de nome Domingos, metade do valor da escrava Maria, uma quarta parte do sítio Viração e vinte e sete mil réis em dinheiro, num total de 393$875.

A professora Silvana, avó paterna de Farias Brito, curiosamente se assinava com o nome completo de Silvana Theodora da Silva de Sobral, servindo a denominação da Vila como um de seus sobrenomes. É assim que seu nome aparece várias vezes no inventário O mesmo porém não ocorre nas assinaturas de seus genitores, João Bernardo da Silva e Vitorina Rita de Azevedo, e nem nas de nenhum de seus decendentes.

Da avó paterna do filósofo trata o seguinte documento: "Termo de juramento e posse que toma Silvana Theodora da Silva do lugar de Professora de meninas desta cidade para que havia sido nomeada pelo Governo da Provincia, e comparece por ella seu bastante Procurador o Tenente Coronel Joaquim José Alves Linhares pela Procuração que da mesma apresentou e logo pelo mesmo Senhor Presidente lhe foi deferido o juramento dos santos evangelhos o qual jurou da forma seguinte: juro aos santos evangelhos em nome de minha constituinte Silvana Theodora da Silva desempenhar ella bem as funções de professora de meninas desta cidade regulando-se em tudo pelas Leis tendentes ao referido emprego, e por esta forma houve a Camara a mesma Professora empossada e o juramento por prestado e para constar mandaram lavrar o presente termo em que com o dito Procurador assignaram. Eu, *Rufino Pontes d'Aguiar* secretário da Camara o escrevi. Pontes. Coelho. Pinto Braga. Gondim. Franca. Camilo. Como Procurador Joaquim José Alves Linhares. "(Livro de juramentos dos oficiais da Câmara de Sobral, 1828—1865. fl. 79).

OS AVÓS MATERNOS

O Capitão Joaquim Pedro da Cruz, avô materno de Farias Brito, é natural da freguezia de Nossa Senhora dos Anjos de São Miguel de Taipu, Paraíba, sendo filho de Francisco Pedro da Cruz e de Ana Constança Francisca Xavier. Casou-se com Isabel Rodrigues Farias, natural da Serra dos Cocos, filha do Tenente Antônio Ferreira da Rocha e de Eugênia Alvares Ferreira.

Joaquim Pedro da Cruz, quando ainda solteiro, emigrou para Sobral tendo viajado, no ano de 1829, em companhia de seu irmão mais velho Jerônimo *Raimundo Nonato*. Este era casado com Antônia Maria da Conceição, natural de Pilar, Paraíba, filha de

BIBLIOTECA

José Antônio da Silva Malheiros e de Maria da Conceição, naturais de Goiana, Pernambuco. Deixaram a Paraíba por motivos políticos já que se envolveram nas lutas da Confederação do Equador e tramaram para conseguir a deposição de Dom Pedro I. Graças à ajuda que receberam do vigário Pe. José Gonçalves de Medeiros, também natural da Paraíba, fixaram residência em Sobral dedicando-se ao comércio. Joaquim Pedro se transferiu posteriormente para o sertão do Ipu onde se casou.

Com a Abdicação de Dom Pedro I ocorrida a 7 de abril de 1831, sentiram-se vitoriosos e Jerônimo Raimundo, para extravasar mágoas há muito tempo guardadas, dirigiu a seguinte carta ao redator do jornal "O Cearense Jacauna" de Fortaleza que foi publicada na edição de 21 de dezembro do mesmo ano: "Snr. Redator. Sou natural da Província da Cidade da Parahyba do Norte e hoje residente na Villa de Sobral, e tenho estado ansioso por notícias do fim que teriam levado os maiores inimigos da Pátria e da Liberdade Constitucional daquella Província depois do dia sete de abril de nossa feliz Regenciação, o que agora tenho certeza de que todos ainda lá existem, o que muito admirou-me que ainda se conservem, em um tempo deste, em uma Província, homens bem conhecidos pelos seus feitos praticados contra a Liberdade da Pátria no tempo do tirano, o ex-Imperador Pedro I, os Snrs. Capitão-mor Francisco Xavier de Miranda Henrique, o Sargento-mor de artilharia Joaquim de Caiana e o vigário Bento de Lima Camaral; e por não haver imprensa naquella Província, por isso que me dirijo a V. M. com estas mal afinadas linhas para me fazer obséquio inserí-las em sua acreditada folha, o que muito lhe agradecerá o seu assignante venerador. Jeronymo Raymundo Nonato. Sobral, 29 de novembro de 1831".

O jornal "O Cearense Jacaúna" circulou pela primeira vez a 25 de maio de 1831, pouco mais de um mês após a abdicação de Pedro I, e tinha como redator o ex-revolucionário da Confederação do Equador, José Ferreira Lima Sucupira.

Do casal Joaquim Pedro da Cruz e Isabel Rodrigues Farias, avós maternos de Farias Brito, nasceram vários filhos dentre os quais, por informação de familiares, conhecemos, além de Eugenia Alves Ferreira mãe do filósofo, os seguintes: Joaquim Porfírio dos Passos que residia na Fazenda Ipueirinha, município do Ipu; João da Cruz, residente em Santa Quitéria; Dona Mariquinha, da Fazenda Santo Isidro e Dona Nicó casada com Luis Alves, da Fazenda Marruás, município de Santa Quitéria.

SECRETARIA DE DOCUMENTAÇÃO CULTURAL
BIBLIOTECA

O Martirio de
Joana Nhanupatiba

Teologicamente o martírio é a morte pela fé ou pela moral cristã. Já desde o século II, na literatura apostólica e patrística, se considera e venera como mártir quem toma sobre si esta morte. Ela é fundamentalmente um testemunho como tão bem expressa etimologicamente a palavra grega "martyr". Esta maneira de entender o martírio se apóia na Segunda Escritura já que Jesus Cristo é a "testemunha fiel" por antonomásia, como diz o livro do Apocalipse (Apoc. 1,5 e 3,14), e porisso "o primogênito dentre os mortos" que nos lavou dos nossos pecados no seu sangue.

Mártir, no vocabulário da Igreja, se torna assim o título reservado a quem da testemunho de Cristo com seu sangue. Neste sentido o martírio pertence à essência da Igreja e por ele a morte em geral aparece como "a morte pela fé dando-lhe um sentido de testemunho visível e uma conotação de sinal de santidade. O martírio sendo um testemunho de muito heroísmo afasta qualquer hipótese de pouca vivência cristã em quem o suporta. Sendo assim, um mártir não se pode improvisar. Não se troca livremente a vida senão por uma causa pela qual intensamente se vive. O martírio necessariamente supõe e exige uma profunda vivência de espiritualidade e de adesão a Cristo. A partir destas considerações se entende por que a tradição teológica e litúrgica, desde os primórdios do cristianismo, atribui ao martírio a mesma força justificadora do batismo e o martírio ficou conhecido como "batismo de

sangue". Esta força justificadora é de alguma maneira sacramental, pois é um sinal sensível de uma realidade de graça realizada no homem. O fato histórico da existência de tal morte no seio da Igreja, encontrada em tão grande número e através de todos os tempos, da testemunho eloquente da origem transcendental da Igreja. Os mártires são as mais preciosas riquezas do tesouro espiritual da Igreja.

A Ibiapaba pode se orgulhar de possuir uma filha que alcançou a palma do martírio. Trata-se de Joana Nhanupatiba, índia natural de Viçosa do Ceará, catequizada e batizada na missão jesuítica da Ibiapaba. A descrição de sua morte conforme nos foi transmitida pela crônica da época, possui todas as características teológicas do martírio cristão.

A fonte da informação

O martírio de Joana Nhanupatiba vem narrado no livro "Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco" de autoria de Domingos do Loreto Couto e cujo manuscrito é de 1757. A data desta obra é importante para se avaliar a autenticidade e veracidade do fato pois foi narrado por Loreto Couto apenas quatro anos depois de acontecido.

A obra depois de editada em 1904 nos volumes XXIV e XXV dos "Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, tornou-se um dos mais valiosos repositórios de informações sobre a primitiva história do nordeste brasileiro. Segundo a "Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira", volume II da parte complementar referente ao Brasil, o manuscrito original se encontra na Biblioteca Nacional de Lisboa e existe cópia autêntica do mesmo guardada na Biblioteca Nacional do Rio, "contendo informações históricas e políticas de muito interesse sobre o período holandês e sobre as tribos

nordestinas e os índios brasileiros em geral". Baseando-se em J. Lúcio de Azevedo informa Wilson Martins (em "História da Inteligência Brasileira", São Paulo, 1977, vol. I, p. 404) que estes manuscritos constituem "um volume de 592 páginas, de ótima caligrafia, encardenado em veludo carmesim, dourado nas folhas, pela louçania do invólucro aquele mesmo que o soberano devia ler". O soberano é o Rei Dom José I a quem a obra foi dedicada. Foi evidentemente deste manuscrito que o Barão de Studart em "Notas para a História do Ceará", Lisboa, 1892, p. 205, reproduz fielmente a descrição do martírio de Nhanupatiba "cuja fama será imperecível". Infelizmente a fama desta mártir ibiapabana não está tão imperecível assim na memória de seus conterrâneos como a desejou o ilustre historiador cearense, daí por que estou a reavivar o acontecimento para servir de estímulo à prática da virtude e para fazer justiça a quem chegou ao heroísmo para defesa da moral cristã.

A veracidade do fato

Domingos do Loreto Couto, a quem devemos a notícia do martírio de Joana Nhanupatiba, pretendeu ser um historiador veraz. Embora, como diz Wilson Martins (o.c., p. 305), "praticasse empiricamente o que hoje chamaríamos de pesquisa histórica", procurou fundamentar suas informações nas melhores tradições orais porque os documentos escritos lhe faltavam. Ele mesmo explica a razão: "A causa maior de faltarem muitas notícias é porque tomando os holandeses a cidade da Bahia queimaram os arquivos da secretaria da câmara, da vedoria e outros cartórios... e estes descuidos nos obrigam a ser sucintos na expressão dos sucessos antigos do Brasil pela confusa luz que no-los dispensa." Isto prova que ele propositadamente

BIBLIOTECA

excluiu os fatos duvidosos para descrever apenas os que lhe pareciam providos de claridade. Tudo o que lhe parece fábula, calúnia ou mentira foi omitido dos seus "Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco" como tão expressamente afirmou no início da obra: "Escrevi esta História estribado em verídicas informações de pessoas de 80, 90 e 100 anos; nas observações e exames que fiz quando fui Visitador deste Bispado; nos casos e sucessos que presenciei, de que há milhares de testemunhas; em alguns memoriais que porventura me vieram às mãos e em notícias que extraí das secretarias e cartórios. Pouco me vali dos livros que tratam do nosso Brasil, porque neles há muitas diminuições, muitos defeitos, muitas fábulas e bastantes calúnias".

Dom Domingos, e não Frei Domingos como várias vezes escreve erroneamente Wilson Martins, era monge beneditino natural do Recife. Estudou teologia e recebeu a ordem do presbiterato no mosteiro de Santa Maria de Cruas, comarca do Ardeche, Diocese de Viviers no antigo Languedoc, hoje departamento de Vivarais, França.

Na folha de rosto do manuscrito, ele próprio deixou as seguintes informações autobiográficas: "D. Domingos do Loreto Couto, presbítero professo da ordem do Príncipe dos Patriarcas S. Bento, na congregação de Santa Maria de Crudácio, da diocese vivarience do Reino de França, natural do Recife de Pernambuco e Visitador Geral que foi deste Bispado".

Como Visitador Geral do Bispado de Pernambuco, Loreto Couto tinha a obrigação de pessoalmente viajar por todo o território da diocese, pelo que provavelmente esteve na Ibiapaba no cumprimento deste seu dever.

Ao ser escrita a obra no ano de 1757, o martírio de Nhanupatiba era um acontecimento bastante recente pois ocorrera a 5 de agosto de 1753, dia de domingo. Por ser recentes mesmo os detalhes devem ser considerados autênticos. Muito provavelmente o fato ocorreu quando Joana retornava para sua morada depois de ter cumprido sua obrigação de missa dominical na Matriz de Nossa Senhora da Assunção da Missão da Ibiapaba em Viçosa. A precisão de data e local, situando tão determinadamente no tempo e no espaço o acontecimento, afasta qualquer dúvida sobre a veracidade destes dados.

A intenção do autor

A análise da finalidade que teve o autor em relatar os fatos históricos poderá também lançar alguma luz sobre a veracidade da obra.

Evidentemente é muito difícil julgar as intensões e disposições internas dos atos humanos. O critério mais válido deve ser evidentemente a própria manifestação do autor. Como um todo sabemos a intenção da obra, pois o próprio Loreto Couto a declara no frontiscípio.

O documento contém "discursos brasílicos, dogmáticos, bélicos, apologéticos, morais e históricos repartidos em oito livros nos quais se descrevem o descobrimento do Brasil e as conquistas das capitanias de Pernambuco, com várias notícias históricas e geográficas do mesmo País, memórias dos seus principais habitantes, ações ilustres de seus naturais, sem razão de várias calúnias nascidas de menos verdadeiras notícias e outras coisas dignas de atenção". É esta a finalidade geral da obra. Entre as "várias calúnias nascidas de menos verdadeiras notícias", Loreto Couto destaca os falsos conceitos sobre os indígenas pintados com a mais escura tinta" e com informações "mal comprovadas". Diz ele textualmente referindo-se aos que escre-

veram sobre nossos aborígenes: "Pintam-nos os seus defeitos com os mais negros borrões. Uns homens que apenas podemos crer que sejam na natureza homens (...) mais feras que as mesmas feras, selvagens que vivem ao som da natureza, sem Fé nem Lei, nem Rei, que em sinal de sua brutalidade lhes nega o Autor da natureza as letras F, L, R, na sua linguagem (...) Provaram a justiça da nossa causa contra tantas calúnias, os feitos dos mesmos índios". (o. c., p.37 e 38).

Para Loreto Couto a ausência dessas três letras no alfabeto tupi-guarani era um "primor da língua e não um defeito, contraditando assim a conhecido trocadilho do Pe. Antônio Vieira que, no notável "Sermão da Epifania" pregado na Capela Real de Lisboa em 1662, afirmava que os indígenas não tinham fé, nem lei e nem rei por lhes faltarem na língua e na linguagem as letras iniciais destas três palavras.

É para provar que os índios têm fé, lei e rei, que Dom Domingos narra as "ações ilustres" dos nossos nativos. Sendo assim não iria ele refutar as afirmações dos autores do tempo com fatos duvidosos e muito menos inverídicos. Tudo isto nos dá uma segurança da veracidade do que é narrado sobre Joana Nhanupatiba

A notícia do martírio

Depois destas notas introdutórias podemos compreender melhor o texto da notícia sobre a *mártir* ibiapabana. No manuscrito original, segundo informa o Barão de Studart, esta notícia se encontra na página 484 e tem o seguinte teor:

"Joanna Nhanupatyba, India cazada e natural da serra da Ibyapaba, na Província do Ceará, sendo accometida muitas vezes por hum Indio da mesma serra

que com promessas, affagos e ameaças procurava render a fortaleza de sua honestidade, nenhum abalo faziam no seu constante e fiel coração os fortes assaltos, que lhe dava, vendo o Indio que ella sempre ficava triunfante a esperou em um bosque em dia de Nossa Senhora das Neves cinco de Agosto de 1753, e pondo-lhe uma faca no peito a ameaçou com a morte se não satisfazia seu desordenado apetite. A valerosa e casta matrona mostrou tão pouco temor do ameaço, que com heroico valor lhe offereceo o peito dizendo: que nelle livremente podia empregar seos golpes, porque de nenhuma sorte consentiria acção em que pudesse offender a Deos e a seu marido. Cego o Indio com o fumo que exaltava o sensual fogo em que ardia seu coração torpe, lhe tirou a vida com muitas e penetrantes facadas e com fim tão glorioso passou sua bendita alma desta vida mortal a coroar-se na eterna". (Barão de Studart, obra citada, p. 205).

Aí está a transcrição do texto original para nossa meditação e estímulo à prática da virtude. A expressiva e objetiva descrição de Loreto Couto não deixa dúvidas sobre a existência de todas as características necessárias ao conceito teológico do martírio: a defesa da moral cristã, com o testemunho da morte conscientemente prevista e livremente aceita. Para Joana *Nhanupatiba* a moral cristã mesmo com o preço da morte deve ser defendida, pois é um valor superior à própria vida terrena.

O exemplo da índia Catarina

Domingos do Loreto Couto nos deixou também notícia sobre a jovem índia Catarina cuja morte também enaltece. Embora as circunstâncias de seu assasinato não possuam as características do martírio cristão como no caso de Joana Nhanupatiba, no entan-

to vale a pena reproduzir o texto por nos deixar uma lição exemplar de virtude:

"Vivia na mesma serra hua India chamada Catharina, donzella de angelicos costumes e vida inocencente. Cazaram-na seus Pays com huin Indio da mesma nação, que havia provado do bom natural, porém como não basta grangear bom nome porque he preciso conservá-lo, ofuscou depois de casado a glória de suas passadas virtudes offendendo muitas vezes o thálamo conjugal, e não podendo sofrer as admoestações que brandamente lhe fazia sua mulher para o desviar da concubina, lhe deu uma facada tal e em tal parte, que não só a matou, senão que houvera ocultado o seu delicto a não haver quem o descobrisse. Carregou elle mesmo o corpo de sua mulher defunta e trazendo-o para a Aldeia disse tinha fallecido no mato de hum executivo acidente, pedindo ao Padre Missionário a enterrasse logo, porem como se fizesse publico o seu delicto, fugio apressado, e o seu governador o procura com boas diligências para que seja o seu crime castigado como merece. Foi esta índia de tão boa vida desde sua infância, que se fez célebre entre as demais Indias como exemplo de virtude Foi a morta por seu marido no anno de 1754, quando contava dezasete de idade". (Loreto Couto, ob. citada p. 485).

O missionário, de quem fala a notícia, deve ser o então Superior da Missão em Viçosa, o Pe. Rogério Canísio, Jesuíta nascido em Colônia, Alemanha, em 1711, e falecido no cárcere de São Julião da Barra a 6 de abril de 1773, conforme informa o Pe. Serafim Leite em sua "História da Companhia de Jesus no Brasil", tomo III, Rio, 1943, p. 70. Desde 1747, quando o Pe. Malagrida esteve em sua companhia na Ibiapaba e na Ribeira do Acaraú, missionava ele por sobre a serra como superior daquela missão.O Governador dos Indios, nesse tempo, era o Mestre de Campo D. Felipe de Souza e Castro, cavaleiro da Ordem de Santiago por mercê de El Rei, ilustre filho da Serra da Ibiapaba, de quem Loreto Couto que "em seus robustos hombros sustenta toda aquela dilatada Província incontrastável a violentas invasões". Era filho do ex-governador D. José de Sousa e Castro que falecera no ano de 1730 e a quem substituira no posto.

O esquecimento e a glória

O manuscrito de 1757 de Loreto Couto permaneceu inédito até 1904 quando foi editado nos "Anais da Bibliotéca Nacional" do Rio de Janeiro. O Barão de Studart o manuseou pela primeira vez no ano de 1892 na Biblioteca Nacional de Lisboa e transcreveu o texto sobre o martirio, no mesmo ano, em suas "Notas para a História do Ceará". É compreensível que o nome da mártir cearense permanecesse assim no esquecimento durante tanto tempo. Publicada apenas em obras de erudição, ficou a notícia oculta do grande público e restrita ao conhecimento dos poucos especialistas em estudos historicos. Tão cedo a tradição oral apagou-se nas cinzas do passado, mas o "fim tão glorioso" de sua existência sempre esteve presente no "livro da vida" onde se inscrevem os nomes dos santos de Deus.

A Ibiapaba, hoje lembrada do heróico gesto de sua filha, deverá reacender o brilho de seu nome e recolocá-la na memória de seu povo.

BIBLIOGRAFIA

Fontes primárias:

— Livros de Batismo e Casamentos da Secretaria do Bispado de Sobral
— Arquivo da Câmara Municipal de Sobral
— Arquivo do Centro de Pesquisas Históricas da UVA — Sobral
— Coleção de inventários do 2º. cartório de Sobral

Bibliografia complementar:

— *Ferreira, Pedro* — "Dicionário Histórico e Geográfico da Ibiapaba" — Ed. Pouchain, Fortaleza, 1935.
— *Aragão, Luciara* — "A Ibiapaba do Século XVII" — Gráfica Ed. Cearense — Fortaleza, 1976.
— *Vieira, Pe. Antônio* — "Relação da Missão da Serra da Ibiapaba" — in Rev. do Instituto do Ceará, tomo 18, p. 86 — 136.
— *Martins, Pe. Vicente* — "O Hospício dos Jesuítas da Ibiapaba" in Rev. do Instituto do Ceará tomos 42 e 43 — 44.
— *Studart Filho, Carlos* — "A Missão Jesuítica da Ibiapaba" in Rev. do Instituto do Ceará tomo 59, P. 5 — 68
— *Pereira da Costa, F. A.* — "Anais Pernambucanos', — Vol. I — Arquivo Público Estadual, Recife, 1951.

... - SOCIED DE DOCUMENTAÇÃO CULTURAL
BIBLIOTECA

— *Leite, Serafim S. J.* — "História da Companhia de Jesus no Brasil" — Tomo III, Rio, 1943.
— *Capistrano de Abreu* — "Capítulos de História Colonial" — Livraria Briguet, 5ª. edição, Rio, 1969
— *Martins, Wilson* — "História da Inteligência Brasileira" — Vol. I, Ed. Cultrix — S. Paulo, 1977
— *Barão de Studart* — "Notas para a História do Ceará", Lisboa, 1892.
— *Antônio Bezerra* — "Notas de Viagem" — Imprensa Universitária — Fortaleza, 1965.
— *Th. Pompeu Sobrinho* — "Protohistória Cearense" — Ed. Instituto do Ceará — 1946.
— *Botelho, Caio Lóssio* — "Geografia Dinâmica do Ceará" — Tip. A Voz de S. Francisco, Fortaleza, 1965.
— *Parsifal Barroso* — "O Cearense" — Record Editora, Rio, 1969.
— *Câmara, José Aurélio Saraiva* — "Um Soldado do Império — General Tibúrcio e seu tempo" — Liv. José Olympio, Ed., Rio, 1978.
— *Eusébio de Sousa* — "Tibúrcio" — Gráfica Urânia, Fortaleza, 1937.
— *Serrano, Jonátas* — "Farias Brito, S. Paulo, 1939
— *Couto, Domingos do Loreto* — "Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco" — Anais da Biblioteca Nacional, Rio, 1904.

CÍRCULO DE DOCUMENTAÇÃO CULTURAL
BIBLIOTECA